



Principal Instituição Financeira de fomento do Governo Federal na Região Amazônica, tem como missão promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia, por meio da execução de políticas públicas e oferta de produtos e serviços financeiros.

O Banco da Amazônia S.A. reconhece seu papel no resgate da importância da Região para o desenvolvimento de sua gente e contribuição para um país melhor, mais justo e equânime.

Na qualidade de Agente Financeiro para a implementação das políticas creditícias para a Região, o que norteia nossos relacionamentos é a busca do bem-estar de todos que compõem a comunidade em que atuamos.

Apresentarmo-nos a essa comunidade implica estabelecer e divulgar padrões que orientam nossas ações, ora expressas em nosso Código de Ética.

MISSÃO

Desenvolver uma Amazônia Sustentável com crédito e soluções eficazes.

VISÃO

Ser o principal Banco de fomento da Amazônia, moderno, com colaboradores engajados e resultados sólidos.

VALORES

- Integridade – Ética e Transparência;
- Meritocracia;
- Desenvolvimento Sustentável;
- Valorização do cliente;
- Decisões técnicas e colegiadas;
- Eficiência e inovação;
- Comprometimento com o resultado e a gestão de riscos.

CÓDIGO DE ÉTICA

O Código de Ética do Banco da Amazônia contém padrões baseados nos princípios da legalidade, probidade, imparcialidade e transparência, bem como, pelo respeito ao ser humano, presentes na Constituição Federal, no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e o Código de Conduta da Alta Administração Federal.

RELAÇÃO COM SEUS FORNECEDORES, PRESTADORES DE SERVIÇOS E OUTROS PARCEIROS

O Banco da Amazônia pauta seus relacionamentos com os fornecedores e prestadores de serviços orientado pelo compartilhamento dos padrões morais e éticos e com base na valorização de iniciativas sociais e ambientalmente responsáveis.

A seleção de fornecedores e prestadores de serviços é realizada com imparcialidade, transparência e preservação da qualidade e viabilidade econômica dos serviços prestados e dos produtos fornecidos, observados os princípios da legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade e eficiência dos atos administrativos.

O Banco da Amazônia, quando da contratação das empresas e seus empregados, respeita os princípios e os valores éticos fundamentais, a exemplo da honestidade, da cooperação, da disciplina, do compromisso, da confiança, da transparência, da igualdade e do respeito mútuo nas relações de trabalho.

ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO E ÀS NORMAS

O Banco da Amazônia exige e cumpre, em seu processo de contratação de bens e serviços, incluindo obras e serviços de engenharia, o atendimento à legislação vigente no País, em especial a Lei nº. 10.520/2002 – Lei do Pregão e Decreto Federal nº 10.024, de 20.09.2019, Lei Complementar nº. 123/2006 – Estatuto da ME e EPP, Lei nº 13.303/2016 – Lei de Responsabilidade das Estatais e seu Decreto Regulamentador, Decreto Federal nº 8.945/2016, dentre outras.

O Banco da Amazônia também veda a participação de empresas que estejam sob pena de interdição de direitos previstos na Lei 9.605/1998 (Leis de Crimes Ambientais) em suas licitações.

PACTO PELA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

Em cumprimento do disposto legal, veda-se nos processos licitatórios a participação de empresas que mantenham em seus quadros trabalhadores em condições análogas à de escravo.

Ademais, o Banco explicita em cláusula específica, nos contratos com fornecedores, Termo de Parceria, Acordos, Convênios e demais instrumentos contratuais, o combate ao trabalho em condições análogas à de escravo.

Assim, não é permitida a contratação ou manutenção de contratos com fornecedores que tenham sido autuados por manterem trabalhadores em condições análogas à de escravidão.

PACTO PELA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

O Banco da Amazônia observa os direitos fundamentais no trabalho definidos pelas convenções e declarações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e outras leis, normas e resoluções contra o trabalho infantil.

COMBATE À CORRUPÇÃO EM TODAS AS SUAS FORMAS

Na realização de seus negócios, o Banco da Amazônia observa os princípios éticos organizacionais consubstanciados em seu Código de Conduta Ética, Estatuto Social, normas e regulamentos internos da área de Gestão de Pessoas e legislação aplicável.

PLANOS DE APLICAÇÃO DE RECURSO

Os Planos de Aplicação de Recursos elaborados pelo Banco da Amazônia representam importantes ferramentas estratégicas na condução da política de crédito da Instituição e são concebidos em alinhamento com as políticas e programas do Governo Federal para a Amazônia e prioridade nos nove Estados da Região Amazônica.

A finalidade precípua dos Planos de Aplicação é a de orientar a atuação do Banco da Amazônia na Região, visando o alcance da máxima eficiência na alocação dos recursos sob sua gestão e, assim, cumprir com o nobre papel institucional de promover o desenvolvimento regional em bases sustentáveis, contribuindo para a inclusão social, a redução da pobreza, a melhoria da qualidade de vida das populações locais e a minimização das desigualdades inter e intrarregionais.

ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES DO BANCO DA AMAZÔNIA

Nos editais e minutias de contratos em geral, o Banco da Amazônia preza pelo atendimento da legislação que recomenda a adoção de critérios de sustentabilidade nas especificações dos bens a serem fornecidos e a exigência de práticas sustentáveis por parte das empresas contratadas na execução dos serviços, mormente o Decreto nº 7.746/2012 e a Instrução Normativa SLTI nº 1/2010, e demais dispositivos legais pertinentes à matéria. Destarte, desde que justificável e preservado o caráter competitivo do certame, as licitações promovidas pelo Banco seguem as diretrizes de sustentabilidade expressas no art. 4º daquele Decreto, a saber:

- menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- preferências para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Como consequência, nos instrumentos convocatórios que tenham por objeto o fornecimento de bens, por exemplo, constatada a presença dos requisitos referentes à justificativa e à competitividade referidos no parágrafo anterior, são incluídos critérios de sustentabilidade, os quais passam a integrar as especificações técnicas dos bens.

No que se refere aos contratos, dentre as obrigações gerais do contrato consta exigência da adoção de práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, de modo a prevenir ações danosas ao meio ambiente, em observância à legislação vigente, principalmente no que se refere aos crimes ambientais, contribuindo para a manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Adicionalmente, também é obrigação do contratado orientar e capacitar os prestadores de serviços, fornecendo informações necessárias para a perfeita execução dos serviços, incluindo noções de responsabilidade socioambiental.

Além da adoção dos critérios e práticas de sustentabilidade já mencionados, outros podem ser adotados conforme a natureza do objeto. Neste caso, as exigências e/ou obrigações referentes aos critérios e práticas de sustentabilidade são amoldadas às peculiaridades de cada objeto.

Diretoria de Gestão de Recursos e Portfólio de Produtos e Serviços - DIREP

Gerência Executiva de Patrimônio, Logística, Contratações e Gestão de Contratos - GEPAC

Coordenadoria de Processos Licitatórios - COPOL

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2023/003

O Banco da Amazônia S.A., de ora em diante denominado simplesmente Banco, em conformidade com a autorização contida no Processo Administrativo mediante parecer **GEPAC-COCOM nº 2022/408** torna público que realizará Pregão Eletrônico, de nº **2023/003**, com critério de julgamento de **menor preço global anual por lote/item**, o qual reger-se-á pelo disposto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Banco da Amazônia S/A, doravante denominado **REGULAMENTO**, de 28 de fevereiro de 2018, instituído pelo Resolução nº 1/CA, de 26 de janeiro de 2018 e pela Lei nº 13.303, de 30.06.2016 e pelo Decreto nº 8.945, de 27.12.2016 com observância no que couber às disposições da Lei nº 12.846, de agosto de 2013; do Decreto nº 9.507/18 de 21.09.2018, do Decreto nº 3.722, de 09.01.2001; da Lei nº 10.520, de 17.07.2002; do Decreto nº 4.485, de 25.11.2002; do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019; da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006; da Lei Complementar nº 147, de 07.08.2014; da Lei Complementar 155/16 e Decreto Nº 8.538/2015 e suas respectivas alterações, cujo objeto é contratação de empresa especializada, conforme objeto descrito no **ITEM 1 - DO OBJETO**, nos termos e especificações técnicas deste Edital e seus Anexos que o integram para todos os efeitos.

Constituem anexos deste Edital e dele são partes integrantes os seguintes documentos:

ANEXO I	Termo de Referência	fls.43 a 59
ANEXO I-A	Agências, Endereços, Percursos e Estimativa	fls.60
ANEXO I-B	Modelo de Planilha de Composição de Custo e Formação de Preço	fls.61 a 63
ANEXO II	Modelo de Proposta Comercial	fls.64
ANEXO III	Declaração de inexistência de fato impeditivo e comunicação de fato superveniente	fls.65
ANEXOIV	Minuta de declaração exigida no subitem 17.1.1 do Edital.	fls.66
ANEXOV	Minuta de Declaração de ME e EPP	fls.67
ANEXOVI	Modelo de Declaração de Inexistência de Empregado Menor no Quadro da Empresa	fls.68
ANEXOVII	Minuta da declaração de Teor de conhecimento, da Lei nº 7.203/2010	fls.69
ANEXOVIII	Minuta da declaração para atender o art. 38, da Lei nº 13.303/2016	fls.70
ANEXO IX	Minuta de Declaração de Conhecimento do teor da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos(em conjunto, “Leis Anticorrupção”)	fls.71
ANEXOX	Minuta de Instrumento Contratual	fls.72 a 87
ANEXOXI	Termo de Confidencialidade e Sigilo	fls.88 e 89
ANEXOXII	Termo de Responsabilidade e Confidencialidade	fls.90 a 91
ANEXOXIII	Matriz de Riscos	fls.92

As propostas serão abertas no **dia 23.01.2023**, às **09h00**. O início da sessão de disputa de preços ocorrerá na mesma data às **09h30**.

O critério de julgamento adotado será o **menor preço global anual por lote/item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

As consultas relativas a esta licitação poderão ser feitas pelo e-mail licitacoes@basa.com.br. As consultas deverão informar o número desta licitação.

Para todas as referências de tempo contidas neste Edital será observado o horário de Brasília (DF), nos termos do art. 53, do Decreto nº 10.024, de 20.09.2019.

Este pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases, e conduzido

pelo(a) Pregoeiro(a) designado(a) pelo(a) Gerência de Patrimônio, Logística, Contratações e Gestão de Contratos (GEPAC), por meio da **Ordem de Serviço (OS) nº 2023/002** que cuidará do seu processamento e julgamento.

Para participar deste Pregão Eletrônico ou simplesmente acompanhá-lo, o interessado deverá acessar a página de licitações do Banco da Amazônia, na internet, através do endereço <http://www.bancoamazonia.com.br>, item “**Licitações**”, onde se encontra o link para o sistema de licitações eletrônicas. Será utilizado no procedimento o Sistema Eletrônico COMPRASNET do Portal de Compras do Governo Federal: <http://www.comprasnet.gov.br> “**Comprasnet SIASG-179007**”.

A sessão pública deste Pregão Eletrônico será aberta por comando do(a) Pregoeiro(a) com a utilização de sua chave de acesso e senha, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação do(a) Pregoeiro(a) em sentido contrário.

1 DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1 Contratação em lotes parcelados, de empresa especializada para prestação de serviços de forma contínua de transporte de valores, abastecimento, suprimento e recolhimento de numerários para as agências do Banco da Amazônia no Estado do Pará, municípios de Capanema e Jacundá, no Estado de Rondônia, município de Buritis, na forma da legislação específica, normas do IRB – Brasil Resseguros S.A. e demais órgãos competentes quanto a seguros e nos percursos e condições prevista neste Edital e seus Anexos, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da celebração do contrato.

Item/Lote	Município	Estimativa Viagens Mês(1)	Estimativa Viagens 12 Meses	Valor (R\$) Máximo Transp. P/viagem
Item 01	BURITIS-RO	02	24	730.000
Item 02	JACUNDÁ-PA	01	12	600.000
Item 03	CAPANEMA-PA	08	96	1.000.000

1.2 Os serviços de transporte de valores para alívio e suprimento de numerário de tesouraria de agência, serão feitos de acordo com as informações, constantes no Termo de Referência deste Edital.

1.3 A contratada executará os serviços de transporte de numerários rigorosamente dentro das normas e exigências estabelecidas pela legislação vigente, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das diretrizes ditadas neste e seus anexos e pelos órgãos de segurança pública.

2 PRAZO E INÍCIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

2.1 O serviço terá natureza continuada, com vigência máxima de 05 (anos), contados a partir da data da assinatura do Contrato, na forma do Art. 71 da Lei 13.303/2016.

2.2 A prestação do serviço iniciar-se-á imediatamente a partir da data da assinatura do Contrato, podendo o Contratante realizar as demandas observadas as demais disposições deste Edital e seus Anexos.

3 DO ORÇAMENTO

- 3.1 As despesas, decorrentes da prestação dos serviços, ocorrerão à conta dos recursos previstos em dotação orçamentária própria, sob a Rubrica - **82.700-2** - Transporte de Valores, do Orçamento 2022 do Banco.

4 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1 Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

- 4.2 Não poderão participar desta licitação as empresas que:

4.2.1 Estejam impedidas de participar de licitações promovidas pelo Banco;

4.2.2 Possuam entre seus dirigentes, gerentes, sócios detentores de mais de 5% (cinco por cento) do capital social, responsáveis e técnicos que sejam dirigente ou empregado do Banco na data da publicação do Edital;

4.2.2.1 se a empresa não se enquadrar no impedimento do **subitem 4.2.2** deverá apresentar declaração na forma do **ANEXO III** deste Edital;

4.2.4 Estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução **ou** liquidação;

4.2.5 Tenham sido consideradas como inidôneas, por órgão, entidade ou sociedade integrante da Administração Pública, direta e indireta, Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.6 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.6.1 as penalidades dos subitens **4.2.5** e **4.2.6** impostas à matriz se estendem às filiais e vice-versa.

5 DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA

- 5.1 As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via Internet no COMPRASNET.

- 5.2 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

- 5.3 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

- 5.4 A chave de identificação e a senha terão validade de 1 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco da Amazônia ou do COMPRASNET, devidamente justificada.

- 5.5** O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 5.6** O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à entidade promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 5.6.1** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 5.7** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 5.8** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 5.8.1** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação
- 5.9** Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 e do Decreto nº 6.204, de 05.09.2007, e para que possam usufruir do tratamento diferenciado previsto no Capítulo V da referida lei, é necessário, à época do credenciamento, e cadastramento da proposta, a declaração em campo próprio do sistema eletrônico, identificando-se como “Microempresa” ou “Empresa de Pequeno Porte”, documento imprescindível para habilitação.
- 5.9.1** As declarações referidas no item anterior servirão como comprovação do enquadramento da licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso, as quais declararão, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como “Microempresa” ou “Empresa de Pequeno Porte”, estando aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1 Valor unitário e total do item;
- 6.1.2 Marca;(se for o caso);
- 6.1.3 Fabricante; (se for o caso);
- 6.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

- 6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Licitante.
- 6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90(noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.6 O licitante deverá declarar, para o item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.
- 6.7 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.8 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7 DA PARTICIPAÇÃO

- 7.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 7.2 A participação na licitação se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta comercial, exclusivamente por meio do sistema eletrônico **Comprasnet-SIASG- 179007**, observados data e horário limite estabelecidos no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 7.3 O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital e seus Anexos. A licitante é responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 7.4 O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações do objeto desta licitação. A licitante declarará no sistema, antes de registrar a sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital, sujeitando-se às sanções legais na hipótese de declaração falsa.

- 7.5** O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, declarando e assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.
- 7.6** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.
- 7.7** Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.8** A licitante deverá comunicar imediatamente ao Ministério da Economia (órgão provedor do sistema) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 7.9** Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 7.9.1** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 7.9.1.1** nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 7.9.1.2** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 7.9.2** que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos;
- 7.9.3** que cumpre os requisitos para a habilitação definidos neste Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências edilícias;
- 7.9.4** que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 7.9.5** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 7.9.6** que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- 7.9.7** que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 7.9.8** Caso o licitante deixe de assinalar algum dos campos acima referente as declarações, deverá anexar a referida declaração junto com os documentos de habilitação no sistema.

8 DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO ATO CONVOCATÓRIO

- 8.1** Os pedidos de esclarecimentos relativos a este Edital e seus Anexos serão recebidos em até 3(três) dias úteis antes da realização da sessão, ou seja, **até as 18h00 do dia 17.01.2023**.
- 8.2** Os pedidos de esclarecimento encaminhados após as 17h serão apreciados no próximo dia útil.
- 8.3** Serão considerados intempestivos os pedidos de esclarecimentos encaminhados após as 17h do terceiro dia útil que anteceder a abertura das propostas.
- 8.4** As impugnações serão recebidas em até 3(três) dias úteis antes da realização da sessão, ou seja, **até as 18h00 do dia 17.01.2023**, nos termos do artigo 24 do Decreto nº 10.024, de 20.09.2019.
- 8.5** Serão consideradas intempestivas as impugnações apresentadas **após as 17h** do segundo dia útil que anteceder a abertura das propostas.
- 8.6** As impugnações encaminhadas **após as 17h** serão apreciados no próximo dia útil.
- 8.7** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 8.8** Tanto os pedidos de esclarecimentos como as impugnações deverão ser apresentadas por escrito ao(à) Pregoeiro(a), mediante requerimento dos interessados, através do e-mail: licitacoes@basa.com.br.
- 8.9** O documento deve estar, obrigatoriamente, em formato passível de cópia (Pdf editável, Word, Libreoffice, etc), permitindo a transferência/colagem de seu conteúdo para o sítio do Comprasgovernamentais.
- 8.10** Os esclarecimentos e impugnações serão decididos e respondidos pelo(a) Pregoeiro(a) no prazo de 2 (dois dias) úteis e devidamente publicados no sítio do Comprasgovernamentais até a abertura da sessão pública, para ciência de todos os licitantes.
- 8.11** Caso a impugnação não seja respondida ou publicada em tempo hábil no sistema eletrônico ou no site do Banco, a sessão será suspensa e será agendada uma nova data.

9 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrará automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 9.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 9.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 9.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 9.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 9.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 9.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 9.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 9.9 O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Banco da Amazônia ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua análise e decisão.

10 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 10.1 A partir do horário previsto neste Edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, pela internet, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando (o)a Pregoeiro (a) a avaliar a aceitabilidade dessas propostas.
- 10.2 Até a abertura da sessão, os participantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada ou os documentos de habilitação.
- 10.3 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, podendo desclassificar desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, (Anexo I) deste Edital.
- 10.4 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

- 10.5** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 10.6** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 10.7** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 10.8** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 10.9** Como requisito para a participação no Pregão a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento, concordância e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital e seus Anexos.
- 10.10** As licitantes também deverão declarar em campo próprio do sistema eletrônico que cumprem os requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, e que não se encontram alcançadas por quaisquer das hipóteses previstas no § 4º, do art. 3º, da LC nº 123/2006.
- 10.11** A mera declaração como ME ou EPP ou a efetiva utilização dos benefícios concedidos pela LC nº 123/2006 por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias configura fraude ao certame, sujeitando a mesma à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, além de ser descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 10.12** O Banco, considerando o teor do Acórdão TCU nº 298/2011-Plenário, adotará procedimentos complementares, mediante diligência, tais como solicitação de Demonstração do Resultado do Exercício – DRE do exercício anterior e/ou outros demonstrativos contábeis/documentos que julgue necessários, apresentados na forma da Lei, além de se realizar as pesquisas pertinentes nos sistemas de pagamento da Administração Pública Federal, deve ser solicitado à licitante a apresentação dos documentos contábeis aptos a demonstrar a correção e a veracidade de sua declaração de qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte para fins de usufruto dos benefícios da referida lei, a fim de subsidiar a verificação do atendimento, pelas licitantes, às exigências da no artigo 3º da LC nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015.
- 10.13** Também serão aceitas a DRE e outras demonstrações disponibilizadas via Escrituração Contábil Digital-ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital-SPED).
- 10.14** A confirmação acerca do atendimento, pelas licitantes, da condição de ME ou EPP também poderá ser realizada por meio da disponibilização de Documentos Fiscais Oficiais, tais como a Declaração do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional, devidamente transmitida à Receita Federal do Brasil, desde que os dados permitam identificar as informações acerca do faturamento bruto do exercício em análise.

10.15 Para fins de definição do “último exercício social” da DRE a ser exigida, será considerado, na data de abertura da sessão pública, o prazo legal fixado pelo Código Civil, art. 1.078, qual seja, o dia 30/04/2017.

10.16 Classificadas as propostas, o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase competitiva, quando então os participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

11 DOS LANCES

11.1 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo cada licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

11.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

11.2.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

11.3 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.4 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$-300,00 (trezentos reais)**.

11.5 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

11.6 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.7 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.8 Prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.9 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrará-se automaticamente.

11.10 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

11.11 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

11.12 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

- 11.13** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 11.14** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 11.15** Durante o transcurso da Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 11.16** Os lances serão ofertados individualmente por Item pelo critério do Menor Preço Global por item.
- 11.16.1** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 11.17** Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
- 11.18** O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo(a) Pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 11.19** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 11.20** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 11.21** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 11.22** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.23No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.24Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

11.25A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

11.26Havendo eventual empate entre propostas ou lances , o critério de desempate será aquele que, assegure a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

11.26.1 no país;

11.26.2 por empresas brasileiras;

11.26.3 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

11.27por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

11.28Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

11.29Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

11.29.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.29.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.30Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11.31No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

11.32 Quando a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de aviso publicado no sistema Comprasgovernamentais.

12 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 12.1** A proposta comercial final do licitante declarado vencedor com o preço atualizado em conformidade com o último lance ofertado e eventuais negociações, bem como documentos complementares, deverão ser enviados através do módulo de **ENVIO DE ANEXOS** do Comprasgovernamentais, no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico
- 12.2** O módulo **ENVIO DE ANEXOS** estará disponível aos licitantes no prazo máximo de **2 (duas)** horas, contadas da convocação do(a) Pregoeiro(a) no sistema Comprasgovernamentais.
- 12.3** Ao término do prazo o(a) Pregoeiro(a) encerrará o módulo **ENVIO DE ANEXOS**, não sendo possível incluir ou substituir mais nenhum anexo.
- 12.4** Em casos excepcionais, devidamente justificado no sistema COMPRASGOVERNAMENTAIS pelo(a) Pregoeiro(a) e dentro do prazo acima estabelecido, a Proposta de Preços e demais documentos complementares poderão ser remetidos para o endereço de e-mail: licitacoes@basa.com.br ou outro endereço informado pelo Pregoeiro, devendo a(s) licitante(s), em momento posterior a ser definido pelo(a) Pregoeiro(a), encaminhar através do módulo do sistema de **ENVIO DE ANEXOS** a mesma documentação, de forma que esta seja inserida no Sistema Eletrônico e, assim, fique à disposição das demais licitantes para análise e verificação de sua conformidade.
- 12.5** A licitante convocada, que no prazo do **item 12.2**, não encaminhar a documentação complementar solicitada no prazo estipulado ou não justificar, terá sua proposta **RECUSADA** do certame, dada a impossibilidade de verificação da exequibilidade de seus lances e de sua conformidade com este Edital e com a legislação que rege o objeto do certame.

13 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 13.1** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- 13.2** O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.
- 13.3** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que após a fase de negociações apresentar preço final superior ao preço estimado, conforme determina o artigo 56, inciso IV da Lei 13.303/16 ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

- 13.3.1** Considera-se inexistente a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 13.4** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 13.5** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 horas (duas), sob pena de não aceitação da proposta.
- 13.6** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 13.7** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 13.8** Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar realize o teste de conformidade, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e de acordo com os prazos estabelecidos.
- 13.9** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 13.10** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 13.11** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 13.12** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 13.13** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 13.13.1** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

- 13.13.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 13.14** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 13.15** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.
- 13.16** A proposta apresentada e os lances formulados deverão indicar o **menor preço global anual por lote/item** do serviço do objeto da licitação e conter planilha que discrimine todos os custos envolvidos.
- 13.17** O julgamento da proposta será feito pelo critério do **menor preço global anual por lote/item**, conforme especificações no Termo de Referência (**ANEXO I**), deste Edital, levando-se em conta o estimado para o Valor Total do Item.
- 13.18** A proposta encaminhada pelo licitante deverá estar descreiminada por completo, e entregue o orçamento completo através da planilha sintética, conforme modelo do **ANEXO II**, não podendo existir valor global maior ou inexequível ao valor estimado na cotação de preços, observando os valores estimados neste Edital.
- 13.19** Poderão ser admitidos preços unitários superiores àqueles estabelecidos no orçamento estimado da licitação, desde que não sejam dos itens materialmente relevantes das propostas, podendo ainda ser solicitado a licitante que ajuste os valores unitários que estejam acima dos valores estimados.
- 13.20** Serão considerados itens materialmente relevantes aqueles de maior impacto no valor total da proposta e que, somados representem pelo menos oitenta por cento do valor total do orçamento estimado ou que sejam considerados essenciais à funcionalidade da obra ou do serviço de engenharia;
- 13.21** Como o critério utilizado é de menor preço Global, a contratada deve arcar com eventuais erros ou omissões na quantificação dos itens de serviço, não tendo direito a aditivos contratuais sobre as quantidades no caso de subestimativa dos quantitativos por erro detectável durante o aludido processo licitatório.
- 13.22** O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Banco que comporão ou não a equipe de apoio do Pregão ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua análise e decisão.
- 13.23** A apresentação da(s) proposta(s) implicará plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 13.24** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

13.25 A Proposta de Preços deverá conter:

- 13.25.1** ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 13.25.2** conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 13.25.3** Número de Pregão, data e hora da abertura da sessão pública;
- 13.25.4** Razão Social e CNPJ da Pessoa Jurídica;
- 13.25.5** Nome, CPF, RG e cargo empresarial do proponente ou representante legal;
- 13.25.6** Endereço da sede e domicílio completo, endereço eletrônico e telefone para contato;
- 13.25.7** Número do Lote/Item e descrição detalhada do objeto conforme Termo de Referência - **ANEXO I** deste Edital.
- 13.25.7.1** a descrição detalhada do objeto deve especificar quantitativos, características da execução do serviço e/ou do objeto fornecido, marca, indicação exata do intervalo de medida e/ou de capacidade do objeto se houver, e outras especificações necessárias do objeto licitado, bem como as exigidas do Termo de Referência - **ANEXO I** deste Edital;
- 13.25.7.2** a planilha de requisitos técnicos deverá ser anexada junto com a proposta comercial via comprasnet.
- 13.25.8** Preço Unitário, Total e Global da proposta, compatíveis com os preços praticados no mercado - tendo como parâmetro os valores estimados, de lance e negociações realizadas no sítio do Comprasgovernamentais, observado o Edital, e entregar o orçamento completo contendo os preços unitário e global de acordo com o modelo do **ANEXO II**, deste Edital.
- 13.25.9** Prazo de Garantia dos serviços, conforme Termo de Referência-**ANEXO I** deste Edital.
- 13.25.10** Prazo de validade da proposta não inferior a **90 (noventa) dias corridos**, constados da data da solicitação pelo(a) Pregoeiro(a).
- 13.26** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 13.27** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 13.27.1** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

13.28A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

13.29A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.30As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13.31A proposta apresentada e os lances formulados incluem todas e quaisquer despesas necessárias para o perfeito fornecimento do objeto desta licitação, tais como tributos, fretes, seguros e demais despesas inerentes. O Banco não aceitará cobrança posterior de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o seu objeto, na forma da lei. Na hipótese de redução de alíquota após a apresentação da proposta, a mesma será devidamente considerada por ocasião do pagamento. Em nenhuma hipótese o Banco aceitará arcar com responsabilidade solidária relativa a qualquer despesa não expressamente discriminada no contrato. Deverá ser considerada a quando da formulação da proposta, portanto, a legislação pertinente vigente nos Estados aos quais os serviços se destinam.

13.32Serão recusadas as propostas que:

13.32.1 Não atendam às exigências do presente Edital e seus Anexos;

13.32.2 Sejam omissas;

13.32.3 Apresentem defeitos capazes de dificultar o seu julgamento ou irregularidades;

13.32.4 Contenha preços incompatíveis com os praticados no mercado, com os custos estimados para a execução do objeto deste Pregão Eletrônico e com as disponibilidades orçamentárias do Banco;

13.32.5 Não restar comprovado sua exequibilidade.

13.33O(A) Pregoeiro(a) analisará a exequibilidade da proposta apresentada pelos licitantes.

13.34O(A) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes a eficácia para fins de classificação e habilitação.

13.35Será desclassificada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem aos equipamentos e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

13.36O(A) pregoeiro(a) poderá, caso julgue necessário, realizar diligências sobre a composição dos preços unitários propostos.

13.37Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.38 Constatando o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante detentor da proposta mais vantajosa para o Lote/Item será declarado vencedor.

14 DA HABILITAÇÃO

14.1 Aceita a proposta do licitante detentor do menor preço, este deverá comprovar sua condição de habilitação na forma determinada neste Edital e como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.1 SICAF;

14.1.2 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidores-apf.apps.tcu.gov.br/>)

14.1.3 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas Estadual do Respectivo domicílio do Licitante;

14.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

14.4 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

14.5 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.6 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

14.7 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

- 14.8** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 14.9** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 14.10** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 14.11** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 14.12** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 14.13** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 14.14** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 14.15** Na hipótese de falha no SICAF ou nos sítios oficiais, que impossibilite a confirmação da habilitação mencionada no **item 14**, o(a) Pregoeiro(a) poderá por outros meios solicitar ao licitante que envie a documentação necessária.
- 14.16** Caso a documentação da licitante não esteja contemplada no SICAF, a mesma deverá ser enviada de acordo com os itens 14,15,16 e 17 sob pena de desclassificação.
- 14.17** Ressalvado o disposto no item **9.3**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

15 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 15.1** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 15.1.1** Em se tratando de microempreendedor individual-MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual-CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 15.2** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada-EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

- 15.3** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 15.4** No caso de sociedade simples inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 15.5** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 15.6** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 15.7** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

15.8 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 15.8.1** Comprovante de inscrição da empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda. O comprovante deve ser apresentado na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30.05.2014, da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- 15.8.2** prova de inscrição da empresa no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, relativo à sede da participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste pregão eletrônico;
- 15.8.3** prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 15.8.4** prova de regularidade para com a Fazenda Estadual mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos estaduais e à dívida ativa do Estado, ou de não contribuinte relativa ao ICMS;
- 15.8.5** prova de regularidade para com a Fazenda Municipal mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos municipais e à dívida ativa do Município, ou de não contribuinte relativa ao ISS;
- 15.8.6** caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

- 15.8.7 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 15.8.8 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 15.8.9 caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

15.9 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

15.10 Certidão Negativa de Falência ou Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com emissão de até 30 dias da abertura da licitação.

- 15.10.1 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 15.10.2 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 15.10.3 entenda-se por "na forma da lei":

- 15.10.3.1 **quando S/A:** balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia, conforme o caput do art. 289 e o § 5º da Lei nº 6.404/1976;
- 15.10.3.2 **quando outra forma societária:** balanço acompanhado de cópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário do qual foi extraído, conforme art. 5º, § 2º, do Decreto-Lei nº 486/1969, autenticados pelo órgão competente de Registro do Comércio, ou Termo de Opção, se a empresa for optante pelo regime de tributação do Imposto de Renda com base no lucro presumido.
- 15.10.3.3 **sociedades simples:** registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro na Junta Comercial.
- 15.10.4 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou
- 15.10.5 empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

15.10.6 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

15.10.7 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

15.10.8 a comprovação da boa situação financeira da licitante será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, sendo considerada habilitada a empresa que apresentar resultado maior do que 1 (um), em todos os índices aqui mencionados:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$
$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$
$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

15.10.9 os índices de que trata o **subitem 15.6.1** serão calculados pela licitante e confirmados pelo responsável por sua contabilidade, mediante sua assinatura e a indicação do seu nome e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC);

15.10.10 a licitante que apresentar qualquer dos índices relativos à boa situação financeira igual ou menor que 1,00 (um) deverá comprovar possuir Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% do valor estimado. A comprovação será feita mediante a apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da legislação em vigor.

16 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO FORNECEDOR

16.1 A CONTRATADA executará os serviços de transporte de numerários a rigorosamente dentro das normas e exigências estabelecidas pela legislação vigente, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das diretrizes ditadas pelo Departamento de Polícia Federal, decorrentes da Lei nº 7.102/83 e suas atualizações.

16.2 Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a Empresa Licitante prestado serviços pertinentes e compatíveis, em características, quantidades e prazos, com o objeto descrito neste Edital;

16.3 Autorização para funcionamento concedida, conforme estabelece o art. 20 da Lei nº 7.102, de 20.06.83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24.11.83 e Portaria/DPFMJ nº 3.233, de 10/12/2012.

16.4 Documento de Revisão de Autorização de Funcionamento da empresa na atividade objeto desta licitação em plena validade, conforme determina a Portaria nº 3.233/DPF/MJ de 10/12/2012;

- 16.5** Comunicação à Secretaria de Segurança Pública no respectivo Estado em que o Banco utilizará os serviços de transporte de numerários para suas agências, na forma do Artigo 38, do Decreto nº 89.056, de 24.11.1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10.08.1995;
- 16.6** Declaração de que, caso se sagre vencedora, disporá, no ato da contratação, de todos os recursos necessários à prestação dos serviços, inclusive veículo padrão utilizado no transporte de valores, armamento e coletes balísticos em número suficiente.
- 16.7** Declaração, assinada pelo representante legal da empresa, responsabilizando-se pela idoneidade e bom comportamento de cada um dos empregados alocados à execução dos serviços, tendo sido verificado não constar contra eles ações cíveis e/ou criminais ajuizadas que possam comprometer o equilíbrio necessário à execução dos serviços.

17 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

- 17.1** As declarações complementares abaixo deverão ser anexadas no comprasnet, na forma descrita no **subitem 12.1** deste Edital:
- 17.1.1** Declaração de inexistência em seu quadro de empregado do Banco como dirigente, acionista detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico, representante comercial ou procurador, conforme minuta constante do **ANEXO IV**, deste Edital;
- 17.1.2** Declaração de que tem conhecimento do teor do Decreto nº 7.203, de 04.06.2010, que dispõe sobre a vedação de nepotismo no âmbito da administração pública federal, conforme minuta constante do **ANEXO VII** deste Edital;
- 17.1.3** Declaração de que atende o art. 38 da Lei nº 13.303/2016. **ANEXO VIII** deste Edital;
- 17.1.4** Declaração de conhecimento do teor da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/13 e seus regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”) **ANEXO IX**, deste Edital;
- 17.2** a licitante que alegar estar desobrigada da apresentação de qualquer um dos documentos acima exigidos na fase de habilitação deverá comprovar essa condição por meio de certificados expedidos por órgão competente ou legislação em vigor;
- 17.3** a não apresentação dos documentos de habilitação exigidos neste Edital no momento do cadastramento da proposta, implicará a desclassificação da licitante e a aplicação das penalidades previstas no **item 29** deste Edital;
- 17.4** no caso de a licitante ser empresa estrangeira, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil, os quais deverão ser remetidos e anexados, via anexo, conforme **item 12**, no prazo estabelecido pelo(a) pregoeiro(a), com posterior encaminhamento do original no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à realização do final da sessão pública, quando convocado.

18 DO JULGAMENTO

- 18.1 O julgamento desta licitação será feito pelo critério de **menor preço global anual por lote/item**, observadas todas as demais condições deste Edital, na forma da Lei.
- 18.2 Como critério de desempate será assegurado preferência de contratação para as ME e EPP, conforme previsto na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, alterada pela Lei complementar nº147, de 07.08.2014.
 - 18.2.1 A identificação do participante como ME ou EPP deverá ser feita na forma do **subitem 5.9.1** deste Edital.
- 18.3 Entenda-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas ME ou EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de menor preço.
- 18.4 Para efeito do disposto no **subitem 11.23** deste Edital, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
 - 18.4.1 A ME ou EPP melhor classificada poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito, apresentar proposta de preço inferior à primeira classificada, situação em que passará à condição de primeira classificada do certame;
 - 18.4.2 não ocorrendo interesse da ME ou EPP na forma do subitem a, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do **subitem 18.4.1** serão convocadas na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e
 - 18.4.3 no caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME e EPP que se encontrem no intervalo estabelecido no **subitem 11.23** deste Edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.
- 18.5 Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem **18.2.1** deste Edital, voltará à condição de primeira classificada a empresa autora da proposta de menor preço originalmente apresentada.
- 18.6 O disposto nos subitens **5.9.1** e **11.23** somente se aplicarão quando a proposta de menor preço não tiver sido apresentada por ME ou EPP.

19 DO RECURSO

- 19.1 Declarado o vencedor, e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, o(a) Pregoeiro(a) abrirá o prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, registrando a síntese de suas razões.
 - a) Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 19.2 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

- 19.3** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 19.4** Realizado o juízo de admissibilidade pelo(a) Pregoeiro(a) e, aceita a Intenção de Recurso, a recorrente deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema Comprasgovernamentais, no prazo de 03 (três) dias corridos, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra razões, também via sistema, em igual prazo que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 19.5** Os recursos serão dirigidos ao(à) Pregoeiro(a) que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, caso contrário, em igual prazo, encaminhá-los à apreciação da Autoridade Superior, devidamente informados, para decisão.
- 19.6** Encerrada a etapa de lances, as participantes deverão consultar regularmente o sistema para verificar se foi declarada a vencedora e se está aberta a opção para interposição de recurso.
- 19.7** A participante desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar a sua intenção de interpor recurso naquele momento.
- 19.8** A falta de manifestação da participante quanto à intenção de recorrer, na forma e prazo estabelecidos nos subitens anteriores, importará decadência desse direito, ficando o(a) Pregoeiro(a) autorizado(a) a adjudicar o objeto à participante declarada vencedora sendo submetido o presente procedimento à Autoridade Superior, para homologação.
- 19.9** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 19.10** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante declarada vencedora e homologará o procedimento licitatório.
- 19.11** Em não havendo recurso, o(a) Pregoeiro(a) fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante declarada vencedora e colocará o processo à disposição da autoridade competente, para homologação.
- 19.12** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada às interessadas na GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO, LOGISTICA, CONTRATAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS (GEPAC), no 2º andar, bloco B, do edifício-sede do Banco, situado na Avenida Presidente Vargas, nº 800, Bairro da Campina, em Belém-PA, nos dias úteis, no horário das 08h00 às 17h00 (horário local).

20 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 20.1** A sessão pública poderá ser reaberta:

- 20.1.1** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

- 20.1.2** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 20.1.3** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 20.1.4** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (chat), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 20.1.5** A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

21 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 21.1** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 21.2** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

22 DA ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 22.1** O valor total estimado da contratação para esta licitação será mantido sob sigilo até o fim da sessão pública, conforme prevê o art. 34 da Lei 13.303/2016 e acórdão TCU nº 2.080/2012-Plenário, publicado no DOU de 14/08/2012.
- 22.2** Os valores cadastrados na licitação no portal www.comprasnet.gov.br, corresponde a um valor simbólico dos quais constam todas as especificações e quantidades previstas no **ANEXO I e I-A** deste Edital.
- 22.3** O Banco não aceitará proposta que esteja acima do valor máximo admitido para a contratação autorizado pela alçada competente.

23 DA CONTRATAÇÃO

- 23.1** Depois de homologado o resultado desta licitação, a licitante vencedora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da divulgação da homologação, para apresentar ao Banco todos os documentos exigidos na licitação, devidamente atualizados, se o prazo de validade daqueles apresentados para habilitação já houver expirado.
- 23.2** Quando a licitante vencedora não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, será convocada outra licitante para assiná-la, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, na forma da legislação vigente.

- 23.3** A Licitante deverá comprovar, no momento da contratação, sua qualificação técnica no que se refere ao seu aparelhamento, apresentando a este Banco da Amazônia Declaração de Disponibilidade, de que terá condições de disponibilizar todos os Equipamentos pertinentes ao objeto do contrato, no momento da contratação. Tais equipamentos deverão estar com situação regular junto à Polícia Federal.
- 23.4** O contrato a ser firmado com a licitante vencedora será formalizada de acordo com a minuta constante do **ANEXO X** deste Edital, regulada pelas cláusulas nela especificadas e as disposições legais e regulamentares concernentes, sendo complementada nas omissões pela proposta apresentada, que a integra, para todos os efeitos legais e conhecimento das partes.
- 23.4.1** no caso de a licitante vencedora recusar-se injustificadamente a assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da sua efetiva e documentalmente comprovada convocação, as demais licitantes serão chamadas a fazê-lo, na ordem de classificação;
- 23.4.2** A qualquer tempo, mediante prévia solicitação a Contratante, com as devidas justificativas, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas neste edital.
- 23.5** Caso a licitante vencedora seja ME ou EPP, constituída na forma das Leis Complementares nºs 123, de 14.12.2006 e 147, de 07.08.2014, e do Decreto nº 8.538, de 06.10.2015, a comprovação da regularidade fiscal será condição indispensável para a assinatura do contrato.
- 23.6** A Licitante deverá comprovar, no momento da contratação, sua qualificação técnica no que se refere ao seu aparelhamento, apresentando a este Banco da Amazônia Declaração de Disponibilidade, de que terá condições de disponibilizar todos os Equipamentos pertinentes ao objeto do contrato, no momento da contratação. Tais equipamentos deverão estar com situação regular junto à Polícia Federal.

24 DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 24.1** Constituem obrigações da **CONTRATADA** além de outras previstas neste Edital as constantes do **item 15** do **ANEXO I** (Termo de Referência) e da **CLÁUSULA DÉCIMA**, do contrato (**ANEXO X**), deste Edital.
- 24.2** Constituem obrigações do **CONTRATANTE** além de outras previstas neste Edital as constantes do **item 16** do **ANEXO I** (Termo de Referência) e da **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** da minuta do contrato (**ANEXO X**), deste Edital.

25 DO PAGAMENTO

- 25.1** O pagamento relativo ao fornecimento do objeto deste Edital e da licitação será realizado pela **CONTRATANTE**, através de crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, preferencialmente no Banco da Amazônia, no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço, desde que a **CONTRATADA** efetive a entrega das Notas Fiscais e Faturas discriminativas, com 10 (dez) dias de antecedência da data prevista para o pagamento, e após a conferência e confirmação da prestação do serviço devidamente comprovada. Caso a **CONTRATADA** opte pelo recebimento do pagamento em conta corrente mantida em outra instituição financeira, lhe será cobrado o valor da tarifa TED ou DOC correspondente ao da tabela de tarifas e serviços do

CONTRATANTE, sendo esse valor será de responsabilidade da CONTRATADA e deduzido do valor do crédito a ser enviado.

25.2 O montante que lhe for devido pelos transportes de valores efetivamente realizados no decurso do mês anterior, calculado da seguinte forma:

- 25.2.1** R\$ *** (**), por embarque, realizando os percursos discriminados no Anexo I-B deste Termo de Referência (1) ***; 2) ***; 3) ***; e 4) ***);
- 25.2.2** "Ad valorem" será limitada ao máximo de 0,044% calculados sobre o valor transportado;
- 25.2.3** O pagamento será automaticamente transferido para o dia útil subsequente, caso não haja expediente no Banco na data prevista para tal. O atraso na entrega da Nota Fiscal/Fatura implicará na transferência automática do pagamento para o próximo mês, sem qualquer acréscimo financeiro contra a CONTRATANTE.
- 25.2.4** No caso de atraso no pagamento por parte da CONTRATANTE, o valor devido será acrescido de encargos financeiros de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, calculados "pro-rata die" até o dia do efetivo pagamento.
- 25.2.5** A devolução de nota fiscal/ fatura não aprovada pela CONTRATANTE, em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços, ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados ou fornecedores.
- 25.2.6** O pagamento devido somente será efetuado se a Nota fiscal estiver acompanhada com a cópia dos seguintes documentos, dentro do prazo de validade, pertinentes ao Contrato, respeitadas a periodicidade de exigência dos documentos:

25.3 Mensalmente:

- 25.3.1** Comprovante de inscrição e de situação cadastral do CNPJ da LICITADACONTRATADA, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, onde conste a situação cadastral ativa;
- 25.3.2** Certidão Negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- 25.3.3** CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- 25.3.4** Certidão Negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- 25.3.5** Certidão Negativa de débitos trabalhistas; e
- 25.3.6** Declaração da empresa de optante do Simples, se couber, com original assinada pelo representante legal.

25.4 Semestralmente:

- 25.4.1** Certificado do curso de formação de vigilante ou reciclagem;
- 25.4.2** CNV – Carteira Nacional de Vigilante ou Protocolo da CNV;
- 25.4.3** Registro das armas de fogo em cópia autenticada em cartório;

26 DO ARMAMENTO E EQUIPAMENTO UTILIZADO PELA CONTRATADA

26.1 Cada vigilante, quando em serviço, deverá portar, no mínimo, os seguintes armamentos e equipamentos fornecidos pela CONTRATADA:

- 26.1.1** Revólver calibre 38 (trinta e oito), com capacidade para 6 (seis) munições, com cano de 4 (quatro) polegadas;
- 26.1.2** Coldre de saque rápido;
- 26.1.3** Dispositivo de recarga rápida do tipo “jet loader” ou “speed loader”, apropriados ao revólver em uso;
- 26.1.4** Porta dispositivo de carga rápida;
- 26.1.5** 12 munições, sendo 6 (seis) no tambor do revólver e 6 (seis) reserva no dispositivo de carga rápida, respeitando o prazo de substituição de 12 (doze) meses.
- 26.1.6** Colete à prova de balas;
- 26.1.7** As armas em uso deverão ser revisadas semestralmente, em sistema de rodízio.

27 DA REPACTUAÇÃO

27.1 É admitida a repactuação dos preços deste Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano.

27.2 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data limite para a apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do(s) acordo(s), ou convenção(ões) coletiva(s) de trabalho ou sentença(s) normativa(s) vigente(s) à época da apresentação da proposta.

27.3 A - MÃO-DE-OBRA: conforme a Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho da categoria (Salário e Benefícios);

27.4 B - COMBUSTÍVEL: reajuste pela variação de preço do DIESEL, divulgado pela ANP, com base na data da proposta;

27.5 C – INSUMOS E MATERIAIS: Os preços dos insumos e materiais serão reajustados de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, a cada 12 (doze) meses, contados da data da proposta, salvo os preços de insumos decorrentes de convenção, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou definidos pelo poder público, que serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, na mesma data em que ocorrer a repactuação da mão de obra.

27.6 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 1 (um) ano será contado a partir da data **de** início dos efeitos financeiros da última repactuação ocorrida.

27.7 Caso a LICITADA não requeira tempestivamente a repactuação e prorrogue o Contrato sem pleiteá-la, **ocorrerá** a preclusão do direito.

27.8 As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de **demonstração** analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços, do novo acordo ou convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados.

27.8.1 Com base em ocorrências registradas durante a execução do Contrato, poderão ser negociados os seguintes itens gerenciáveis: auxílio-doença, licença- paternidade, faltas legais, acidente de trabalho, aviso-prévio indenizado e indenização adicional; e

27.8.2 A partir do segundo ano de vigência do Contrato, este terá o percentual do item “aviso prévio trabalhado” zerado, visto que esse custo é pago integralmente no primeiro ano.

27.9 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva de trabalho.

27.10 A repactuação somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se:

27.10.1 Os preços praticados no mercado e em outros Contratos da Administração;

27.10.2 As particularidades do Contrato em vigência;

27.10.3 O novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;

27.10.4 A nova planilha com a variação dos custos apresentada;

27.10.5 Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

27.10.6 A disponibilidade orçamentária da contratada.

27.11 A repactuação produzirá efeitos financeiros:

27.11.1 A partir da assinatura do instrumento de formalização da repactuação;

27.11.2 Em data posterior à assinatura do instrumento de formalização da repactuação, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das repactuações subsequentes; ou

27.11.3 Em data anterior à assinatura do instrumento de formalização da repactuação, exclusivamente quando esta envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa, podendo a data estipulada no instrumento para o início dos efeitos financeiros do reajuste salarial ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

28 DAS GARANTIAS CONTRATUAIS

28.1 A CONTRATADA prestará garantia de execução do contrato, equivalente a 5% (cinco porcento) do valor do contrato.

28.2 A garantia deverá ser prestada em uma das modalidades abaixo, devendo o respectivo comprovante ser apresentado à Contratante:

28.2.1 Caução em dinheiro ou em Títulos da Dívida Pública.

28.2.2 Os Títulos da Dívida Pública devem ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

28.2.3 A caução em dinheiro deve ser efetuada junto a uma Agência do Contratante, em que o depósito tenha como beneficiário a Contratante;

a) Sobre a caução prestada em dinheiro incide, tão somente, a atualização correspondente ao índice de variação do rendimento da caderneta de poupança, a contar da data do depósito até o seu efetivo levantamento.

28.3 Seguro-garantia.

28.3.1 contendo o prazo de validade que deve corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30(trinta) dias, devendo ser tempestivamente renovado, se estendida ou prorrogada a vigência;

28.3.2 O seguro deve contemplar a cobertura dos riscos de inadimplemento pela contratada dos encargos tributários, trabalhistas e sociais e resarcimento das multas impostas à contratada, até o limite da garantia;

28.3.3 Não será aceita a apólice de seguro que contenha ressalvas quanto à cobertura dos riscos mencionados;

28.3.4 A apólice de seguro deve vir acompanhada de cópia das condições gerais, particulares e/ou especiais convencionais e demais documentos que a integram.

28.4 Fiança bancária contendo:

28.4.1 Prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30(trinta) dias, devendo ser tempestivamente renovada se estendida ou prorrogada essa vigência;

28.4.2 Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à Contratante, independentemente de interpretação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;

28.4.3 Renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos art. 827 e 828 do Novo Código Civil;

28.4.4 Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com o previsto neste edital.

- 28.5** A não apresentação do comprovante da garantia no ato da assinatura do contrato configura a recusa em assinar o contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a licitante às sanções administrativas cabíveis.
- 28.6** A garantia poderá ser liberada após o perfeito cumprimento do contrato, no prazo de 30(trinta) dias, contados após a data do vencimento do contrato, desde que cumpridos todos os seus termos, cláusulas e condições.
- 28.7** A perda da garantia em favor da Contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.
- 28.8** A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 5(cinco) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores, ou quando houver alteração contratual que implique aumento do valor contratado, de modo que corresponda a 5% (cinco porcento) do valor global contratado.
- 28.9** A qualquer tempo, mediante prévia solicitação a Contratante, com as devidas justificativas, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas neste edital.

29 DA QUALIFICAÇÃO DOS EMPREGADOS

- 29.1** O critério de qualificação deverá ser conforme item 6 do Anexo I, deste Edital.

30 DAS SANÇÕES ADIMINISTRATIVAS

- 30.1** Pela inexecução total ou parcial, ainda por atraso ou descumprimento das obrigações pela **ADJUDICATÁRIA/CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** pode, garantido o contraditório e a ampla defesa aplicar as seguintes sanções:
- 30.1.1** Advertência escrita;
 - 30.1.2** Multa;
 - 30.1.3** Suspensão temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com o Banco por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 30.2** A **ADJUCATÁRIA/ CONTRATADA** podem ser punidas com as sanções prevista nos subitens 30.1.1 a 30.1.3 quando:
- 30.2.1** dar causa a inexecução total ou parcial do contrato;
 - 30.2.2** deixar de entregar a documentação exigida para o certame licitatório, salvo na inversão da fase prevista;
 - 30.2.3** não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente devidamente Justificado;
 - 30.2.4** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado;
 - 30.2.5** apresentar documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 30.2.6** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- 30.2.7** comportar-se com má-fé ou cometer fraude fiscal;
- 30.2.8** praticar atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.
- 30.3** O atraso na prestação de serviços superior a 15 (quinze) dias consecutivos poderá ensejar a rescisão do contrato.
- 30.4** A sanção prevista no item 30.1.3 poderá também ser aplicada às empresas ou aos profissionais que em razão dos contratos regidos pela lei 13.303/2016:
- 30.4.1** tenham sofrido condenação definitiva por praticarem por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 30.4.2** tenham praticado atos ilícitos a frustrar os objetivos da licitação;
 - 30.4.3** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o Banco em virtude de atos ilícitos praticados.
- 30.5** As multas serão aplicadas, conforme a seguir:
- 30.5.1** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total do ajuste;
 - 30.5.2** Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato pela inexecução parcial do ajuste.
- 30.6** Se a **CONTRATADA** não mantiver durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 2023/003, o contrato poderá ser rescindido, bem como poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei.
- 30.7** Será considerado falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da penalidade de impedimento para licitar e contratar com a União.
- 30.8** A advertência será aplicada nos casos de faltas leves assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos financeiros ao BANCO pelo descumprimento das obrigações contratuais.
- 30.9** A advertência e a anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores poderão ser aplicadas quando houver descumprimento das obrigações que não acarretem prejuízo ao BANCO e/ou execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento do serviço, desde que sua gravidade não recomende aplicação da suspensão temporária.
- 30.10** A falta de equipamentos ou recursos materiais não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a **CONTRATADA** das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas no Edital com seus Anexos.
- 30.11** A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança facultada a defesa prévia, não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.
- 30.12** O contrato, sem prejuízo das multas e demais combinações legais previstas no mesmo, poderá ser rescindido, por ato formal do **BANCO** por descumprimento contratual.

30.13 Nenhuma penalidade será aplicada pelo **BANCO** sem o devido processo administrativo assegurado o **contraditório** e a ampla defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis.

30.14 Após o devido processo administrativo sendo constatada a responsabilidade da **CONTRATADA**, o valor das multas definidas no contrato **será descontada da garantia**, dos pagamentos **eventualmente** devidos ao Banco, ou ainda, quando for o caso, judicialmente e **estarão limitadas a 10% (dez por cento) do valor total contratado**.

30.15 Se a multa for de valor superior a garantia oferecida, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE**, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

30.16 Inexistindo pagamento(s) devido(s) pelo **BANCO** ou sendo este(s) insuficiente(s), caberá à **CONTRATADA** quitar o valor da(s) multa(s) mediante depósito em conta corrente própria em nome do Banco no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos contados da data da comunicação de confirmação da penalidade.”

30.17 Em não se realizando o pagamento nos termos definidos no item acima, far-se-á a sua cobrança judicialmente.

30.18 A rescisão do contrato provocada pela **CONTRATADA** implicará de pleno direito, a cobrança pelo Banco de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor total contratado.

30.19 Ao valor da multa não adimplida e objeto de cobrança judicial serão acrescidos honorários advocatícios, estes no percentual de 20% (vinte por cento), custas judiciais, correção monetária (INPC) e juros na forma do artigo nº 405 do Código Civil, facultando-se ainda ao CONTRARTE a inscrição do inadimplente nos órgãos do cadastro restritivo (SERASA/SPC).

30.20 As ações danosas ou criminosas cometidas por empregados, prepostos da empresa Contratada, empresas ou pessoas por ela contratada ou designadas, no exercício de atividades previstas no contrato que ocasionarem prejuízos ao Banco, a seus clientes/usuários de serviços bancários, devidamente comprovados através de decisão judicial (transitado em julgado), implicará na cobrança de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato e mais o valor correspondente ao valor do prejuízo apurado.

30.21 Caso não seja garantido absoluto sigilo sobre todos os processos, rotinas, objetos informações documentos e quaisquer outros dados fornecidos pelo **BANCO**, implicará na cobrança de multa compensatória correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, além das cominações previstas na Legislação, podendo o Banco rescindir o contrato.

31. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

31.1 O serviço terá natureza continuada, com vigência máxima de 05 (anos), contados a partir da data da assinatura do Contrato, na forma do Art. 71 da Lei 13.303/2016.

32. DA FISCALIZAÇÃO E DO GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO

32.1 Conforme prevê a Lei 13.303/16, e o art. 99 do Regulamento do Banco, a execução e gestão do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor do Contrato e pelo Fiscal do Contrato, verificando seu adimplemento, cumprindo-se a exigência legal;

- 32.2** A Gestão do Contrato será feita por funcionário especialmente designado, lotado na Gerência Executiva de Patrimônio, Logística, Contratações e Gestão de Contratos - **GEPAC/COGEC**;
- 32.3** A Fiscalização do serviço objeto da licitação será realizada pelas Unidades que utilizam o serviço e pela GESEC, mediante a designação através de ordem de serviço;
- 32.4** O Fiscal será responsável por consolidar os Termos Circunstanciados elaborados por cada unidade, a partir da apuração das possíveis ocorrências;
- 32.5** Nas ausências ou impedimentos dos empregados de que trata o item anterior, os encargos a ele atribuídos passarão a ser exercidos por quem o substituir na forma regulamentar;
- 32.6** Apurada as irregularidades, será concedida à empresa CONTRATADA o prazo de 10 (dez) dias úteis, para apresentar o contraditório e a ampla defesa, para análise da aplicação de possíveis Sanções Administrativas previstas no item 29 do Termo de Referência.
- 32.7** Os contatos entre o Banco e a CONTRATADA serão mantidos por intermédio da Fiscalização do Banco;
- 32.8** Todas as ordens de serviço ou comunicações entre a Fiscalização e a CONTRATADA serão transmitidas por escrito, por meio eletrônico, e constarão dos autos do processo;
- 32.9** A ausência ou a omissão da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste Edital do Pregão Eletrônico nº 2023/003 e no Contrato;
- 32.10**A ausência ou omissão de fiscalização do **CONTRATANTE** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades prevista em Contrato.
- 32.11**A fiscalização da Administração não permitirá que os empregados da CONTRATADA executem tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas;
- 32.12**O Gestor do Contrato será responsável pela homologação e assinatura dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo dos Serviços.

32.13O Gestor do contrato será responsável ainda por:

- 32.13.1** Cumprir e fazer cumprir as disposições e condições avençadas neste Edital e seus Anexos;
- 32.13.2** Atestar as Notas Fiscais/Faturas e a documentação exigível para **pagamento**;
- 32.13.3** Comunicar à **CONTRATADA** a ocorrência de irregularidades, diligenciando para que sejam plenamente corrigidas;
- 32.13.4** A ausência ou omissão da fiscalização do **CONTRATANTE** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas neste Edital e seus Anexos.

33. DA RESCISÃO CONTRATUAL:

- 33.1** Constituem motivos para rescisão do contrato, independente de interpelação judicial ou extrajudicial:

- 33.1.1 O atraso na entrega dos serviços, no prazo superior a 15(quinze) dias, contados do prazo estipulado no contrato;
- 33.1.2 A transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas;
- 33.1.3 O descumprimento reiterado de cláusulas, especificações ou prazos contratuais;
- 33.1.4 Outras hipóteses que constem na cláusula **DÉCIMA QUARTA** da minuta do contrato (Anexo X) deste Edital.”

33.2 A rescisão também poderá ocorrer, quando a **CONTRATADA**:

- 33.2.1 Deixar de comprovar sua regularidade fiscal, inclusive contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS, para com seus empregados;
 - 33.2.2 Vier a ser declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública;
 - 33.2.3 Utilizar em benefício próprio ou de terceiros, informações sigilosas às quais tenha acesso por força de suas atribuições contratuais.
- 33.3 A rescisão do Contrato provocada pela CONTRATADA implicará de pleno direito, na cobrança pelo CONTRATANTE de multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

34. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

34.1 A CONTRATADA, se compromete as obrigações socioambientais, tais como:

- 34.1.1 prevenção de trabalho escravo e infantil;
 - 34.1.2 respeito ao meio ambiente e;
 - 34.1.3 combate a todas as formas de corrupção.
- 34.2 A CONTRATADA será responsável pela destinação ambientalmente correta para todos os resíduos, suprimentos, peças e materiais utilizados nos equipamentos, obedecendo à legislação e orientações relativas ao compromisso com o meio ambiente;
- 34.3 A CONTRATADA se compromete a proteger e preservar o meio ambiente, com observância dos atos legais, normativos e administrativos relativos às áreas de meio ambiente, emanadas das esferas federal, estaduais e municipais.

35. DA INTEGRIDADE, DA CONDUTA ÉTICA E DOS PROCEDIMENTOS ANTICORRUPÇÃO

- 35.1 As Partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa - Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992 e a Lei Anticorrupção - Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013 e seus regulamentos e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados. Adicionalmente, cada uma das Partes declara que tem e manterá até o final da vigência do contrato um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obriga a cumprir fielmente. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos códigos de ética e conduta, ambas as Partes

desde já se obrigam, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

- 35.1** Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;
- 35.2** Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.
- 35.3** Respeitar e exigir que seus empregados respeitem, no que couber, os princípios éticos e os compromissos de conduta definidos no Código de Conduta Ética do BANCO DA AMAZÔNIA S.A, cujo teor poderá ser acessado no site: www.bancoamazonia.com.br/index.php/obanco-codigodeetica.
- 35.2** A comprovada violação de quaisquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão do Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.
- 35.3** A aplicação das sanções previstas na Lei nº 12.846/13 não afeta os processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes de atos ilícitos.

36. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 36.1** Esta licitação poderá ser revogada por interesse do Banco, caso nenhuma empresa atenda aos requisitos do edital, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros.
- 36.2** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o *horário* de Brasília-DF.
- 36.3** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 36.4** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 36.5** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 36.6** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 36.7** Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que o(a) Pregoeiro(a) porventura julgar necessários.

- 36.8** A participação nesta licitação implica a aceitação integral e irretratável das normas deste Edital, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem.
- 36.9** Havendo indício de conluio entre as licitantes, o Banco comunicará os fatos à Secretaria Nacional de Direito Econômico do Ministério da Justiça, ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público, para as providências devidas.
- 36.10** É facultado ao(à) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação e esclarecer ou a complementar a instrução do processo, em especial quanto à veracidade das declarações feitas ou apresentadas em razão do cumprimento das exigências deste Edital e seus Anexos.
- 36.11** As licitantes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 36.12** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação;
- 36.13** Não serão levadas em consideração vantagens não previstas neste Edital.
- 36.14** No caso de alteração em pontos essenciais deste Edital, dentro do prazo estabelecido para o início da abertura da sessão pública, este será prorrogado e as modificações terão a mesma divulgação do texto anterior, ou a licitação será revogada e realizada novamente em outra oportunidade.
- 36.15** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 36.16** As normas que disciplinam este pregão eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 36.17** Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bancoamazonia.com.br e também no comprasnet, e ainda poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço: Avenida Presidente Vargas, nº 800, 2º andar, bloco B, Belém (PA) – CEP: 66017-901, Coordenadoria de Procedimentos Licitatórios (COPOL), nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Belém (PA), 10 de janeiro de 2023

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2023/003

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1 Contratação em lotes parcelados, de empresa especializada para prestação de serviços contínua de transporte de valores, abastecimento, suprimento e recolhimento de numerários para as agências do Banco da Amazônia no Estado do Pará, municípios de Capanema e Jacundá, no Estado de Rondônia, município de Buritis, na forma da legislação específica, normas do IRB – Brasil Resseguros S.A. e demais órgãos competentes quanto a seguros e nos percursos e condições prevista neste Termo de Referência e seus Anexos, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da celebração do contrato.

Item/Lote	Município	Estimativa Viagens Mês(1)	Estimativa Viagens 12 Meses(1)	Valor (R\$) Máximo Transp. P/viagem
Item 01	BURITIS-RO	02	24	730.000
Item 02	JACUNDÁ-PA	01	12	600.000
Item 03	CAPANEMA-PA	08	96	1.000.000

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 A Lei nº 7.102, de 20.06.1983, em seu art. 4º, determina o seguinte: “O transporte de numerário em montante superior a vinte mil Unidades de Referência UFIR, para suprimento ou recolhimento do movimento diário dos estabelecimentos financeiros, será obrigatoriamente efetuado em veículo especial da própria instituição ou de empresa especializada”.

2.2 Dar cumprimento ao Plano de Segurança das unidades do Banco, garantindo seu pleno funcionamento, para atendimento do público externo.

2.3 Os serviços de Transporte de Valores, incluindo recolhimento e suprimento de numerário são imprescindíveis ao funcionamento regular de uma agência bancária, atividade que tem grande influência no relacionamento institucional com clientes e levam em conta também aspectos relacionados à segurança de funcionários, clientes e patrimonial da Instituição, quando disponibilizados e bem administrados resultam em eficiência do fluxo de caixa da Unidade.

3.1 Os serviços de transporte de valores para alívio e suprimento de numerário de tesouraria de agência, serão feitos de acordo com as informações, constantes neste Termo de Referência e estabelecidas no Edital do procedimento licitatório.

3.2 A contratada executará os serviços de transporte de numerários rigorosamente dentro das normas e exigências estabelecidas pela legislação vigente, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das diretrizes ditadas no Termo de Referência, Edital e pelos órgãos de segurança pública.

4. VIGÊNCIA DO CONTRATO E INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1 Da vigência do Contrato: o serviço terá natureza continuada, com vigência máxima de 05 (anos), contados a partir da data da assinatura do Contrato, na forma do Art. 71 da Lei 13.303/2016.

4.2 Do início da execução do serviço: a prestação do serviço iniciar-se-á imediatamente a partir da data da assinatura do Contrato, podendo o Contratante realizar as demandas observadas as demais disposições do Termo de Referência e Edital do procedimento licitatório.

5. DA CAPACIDADE TÉCNICA:

- 5.1** A CONTRATADA executará os serviços de transporte de numerários a rigorosamente dentro das normas e exigências estabelecidas pela legislação vigente, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das diretrizes ditadas pelo Departamento de Polícia Federal, decorrentes da Lei nº 7.102/83 e suas atualizações.
- 5.2** A Licitante deverá comprovar, no momento da contratação, sua qualificação técnica no que se refere ao seu aparelhamento, apresentando a este Banco da Amazônia Declaração de Disponibilidade, de que terá condições de disponibilizar todos os Equipamentos pertinentes ao objeto do contrato, no momento da contratação. Tais equipamentos deverão estar com situação regular junto à Polícia Federal.
- 5.3** Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a Empresa Licitante prestado serviços pertinentes e compatíveis, em características, quantidades e prazos, com o objeto descrito neste Termo de Referência.
- 5.4** Autorização para funcionamento concedida, conforme estabelece o art. 20 da Lei nº 7.102, de 20.06.83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24.11.83 e Portaria/DPFMJ nº 3.233, de 10/12/2012.
- 5.5** Documento de Revisão de Autorização de Funcionamento da empresa na atividade objeto desta licitação em plena validade, conforme determina a Portaria nº 3.233/DPF/MJ de 10/12/2012.
- 5.6** Comunicação à Secretaria de Segurança Pública no respectivo Estado em que o Banco utilizará os serviços de transporte de numerários para suas agências, na forma do Artigo 38, do Decreto nº 89.056, de 24.11.1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10.08.1995.
- 5.7** Declaração de que, caso se sagre vencedora, disporá, no ato da contratação, de todos os recursos necessários à prestação dos serviços, inclusive veículo padrão utilizado no transporte de valores, armamento e coletes balísticos em número suficiente.
- 5.8** Declaração, assinada pelo representante legal da empresa, responsabilizando-se pela idoneidade e bom comportamento de cada um dos empregados alocados à execução dos serviços, tendo sido verificado não constar contra eles ações cíveis e/ou criminais ajuizadas que possam comprometer o equilíbrio necessário à execução dos serviços.

6. DA QUALIFICAÇÃO DOS EMPREGADOS:

- 6.1** Para a execução dos serviços, a LICITADA deverá disponibilizar profissionais pertencentes à categoria de ocupação compatível à atividade ou serviço, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 6.2** Cada um dos empregados da LICITADA alocados para os serviços deverá preencher os seguintes requisitos:

- 6.2.1** Ao empregado vigilante é obrigatório apresentar todos os requisitos elencados no artigo 16, da Lei nº. 7.102, de 20.06.1983, inclusive suas alterações, decretos e instruções normativas vigentes;
- 6.2.2** Enquadrar-se nas disposições do art. 155, da Portaria nº 3.233/2012 - DG/DPF, de 10/12/2012, do Departamento de Polícia Federal, com apresentação de documentação comprobatória;
- 6.2.3** Apresentar Carteira Nacional de Vigilante, expedida pelo Departamento de Polícia Federal;
- 6.2.4** Apresentar certificados de conclusão dos Cursos de Formação de Vigilante, registrados no Departamento de Polícia Federal;
- 6.2.5** Apresentar comprovante do curso de reciclagem de formação de vigilante, concluído há, no máximo, 2 (dois) anos da data do início da prestação dos serviços objeto desta licitação; e
- 6.2.6** Laudo médico comprovando estar em perfeitas condições de saúde física, mental e Psicotécnico;

7. DO ARMAMENTO E EQUIPAMENTOS UTILIZADOS PELA CONTRATADA:

- 7.1** Cada vigilante, quando em serviço, deverá portar, no mínimo, os seguintes armamentos e equipamentos fornecidos pela CONTRATADA:
 - 7.1.1** Revólver calibre 38 (trinta e oito), com capacidade para 6 (seis) munições, com cano de 4 (quatro) polegadas;
 - 7.1.2** Coldre de saque rápido;
 - 7.1.3** Dispositivo de recarga rápida do tipo “jet loader” ou “speed loader”, apropriados ao revólver em uso;
 - 7.1.4** Porta dispositivo de carga rápida;
 - 7.1.5** 12 munições, sendo 6 (seis) no tambor do revólver e 6 (seis) reserva no dispositivo de carga rápida, respeitando o prazo de substituição de 12 (doze) meses.
 - 7.1.6** Colete à prova de balas;
- 7.2** As armas em uso deverão ser revisadas semestralmente, em sistema de rodízio.

8. DA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA:

- 8.1** A proposta apresentada e os lances formulados deverão indicar o valor, por lote, correspondente ao somatório de uma apanha vezes as viagens previstas e discriminadas no ANEXO I-A deste Termo de Referência, inclusive com todos os tributos e encargos sociais. A taxa de ad valorem será limitada ao máximo de 0,044% (quatrocentos e quarenta centésimos por cento) sobre o valor transportado e não deve ser somado ao valor da apanha oferecido na proposta.

- 8.2** A licitação está estruturada em 03 (três) lotes conforme numeração indicada no ANEXO I-A deste TR.
- 8.3** O julgamento desta licitação será feito pelo critério de menor preço por lote/item, correspondente ao somatório de uma apanha vezes as viagens previstas, conforme ANEXO I-A deste Termo de Referência.

9. DA ESTIMATIVA DE PREÇO

- 9.1** A estimativa de preço mensal do serviço alcançará o valor de até R\$ xx.xx e anual de R\$ xx.xx; conforme descrito abaixo, e detalhada no ANEXO I-A deste TR e no Edital do procedimento licitatório.

Lote/Itens	Município	UF
Item 1	BURITIS	RO
Item 2	JACUNDA	PA
Item 3	CAPANEMA	PA

- 9.2** O custo estimado da contratação e os respectivos valores mínimos e máximos foram apurados através de pesquisas de preços junto a outras instituições financeiras/órgãos públicos, apontamentos dos sites www.comprasgovernamentais.gov.br, www.bancodeprecos.com.br, e www.mte.gov.br, do Ministério do Trabalho e Emprego, pesquisa com fornecedores, além de preços praticados no mercado em contratações similares e que servirão de parâmetro para avaliação das propostas apresentadas pelos licitantes
- 9.3** O proponente deverá elaborar proposta de preços em conformidade com as exigências deste Edital e seus ANEXOS, utilizando o modelo de planilha de custos e formação de preços (ANEXO I-B), respeitando os parâmetros estabelecidos em lei.
- 9.4** Sugerimos que o valor estimado da presente licitação seja mantido em sigilo, na forma da jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU).

10. DO PAGAMENTO

- 10.1** O pagamento relativo ao fornecimento do objeto deste Termo de Referência e da licitação será realizado pela CONTRATANTE, através de crédito em conta corrente da CONTRATADA, preferencialmente no Banco da Amazônia, no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço, desde que a LICITADA CONTRATADA efetive a entrega das Notas Fiscais e Faturas discriminativas, com 10 (dez) dias de antecedência da data prevista para o pagamento, e após a conferência e confirmação da prestação do serviço devidamente comprovada. Caso a CONTRATADA opte pelo recebimento do pagamento em conta corrente mantida em outra instituição financeira, lhe será cobrado o valor da tarifa TED ou DOC correspondente ao da tabela de tarifas e serviços do CONTRATANTE, sendo esse valor será de responsabilidade da CONTRATADA e deduzido do valor do crédito a ser enviado.
- 10.2** O montante que lhe for devido pelos transportes de valores efetivamente realizados no decurso do mês anterior, calculado da seguinte forma:
- 10.2.1** R\$ *** (***) , por embarque, realizando os percursos discriminados no Anexo I-B deste Termo de Referência (1) *** 2) ***; 3) ***; e 4) ***);
- 10.2.2** “Ad valorem” será limitada ao máximo de 0,044% calculados sobre o valor transportado.

10.3 O pagamento será automaticamente transferido para o dia útil subsequente, caso não haja expediente no Banco na data prevista para tal. O atraso na entrega da Nota Fiscal/Fatura implicará na transferência automática do pagamento para o próximo mês, sem qualquer acréscimo financeiro contra a CONTRATANTE.

10.4 No caso de atraso no pagamento por parte da CONTRATANTE, o valor devido será acrescido de encargos financeiros de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, calculados "pro-rata die" até o dia do efetivo pagamento.

10.5 A devolução de nota fiscal / fatura não aprovada pela CONTRATANTE, em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços, ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados ou fornecedores.

10.6 O pagamento devido somente será efetuado se a Nota fiscal estiver acompanhada com a cópia dos seguintes documentos, dentro do prazo de validade, pertinentes ao Contrato, respeitadas a periodicidade de exigência dos documentos:

10.7 Mensalmente:

10.7.1 Comprovante de inscrição e de situação cadastral do CNPJ da LICITADACONTRATADA, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, onde conste a situação cadastral ativa;

10.7.2 Certidão Negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

10.7.3 CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

10.7.4 Certidão Negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

10.7.5 Certidão Negativa de débitos trabalhistas; e

10.7.6 Declaração da empresa de optante do Simples, se couber, com original assinada pelo representante legal.

10.8 Semestralmente:

10.8.1 Certificado do curso de formação de vigilante ou reciclagem;

10.8.2 CNV – Carteira Nacional de Vigilante ou Protocolo da CNV;

10.8.3 Registro das armas de fogo em cópia autenticada em cartório; e

11. DO ORÇAMENTO:

11.1 Os pagamentos objeto do Contrato serão levados a débito da rubrica “82.700-2 - TRANSPORTE DE VALORES” do orçamento do contratante.

12. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- 12.1** A **CONTRATADA** executará os serviços nas condições estipuladas no Termo de Referência, os quais ficarão fazendo parte do contrato como se nele transcrita estivesse para todos os efeitos legais.
- 12.2** Os atendimentos descritos no item 2 deste Termo de Referência constituem-se dos seguintes serviços:
 - 12.2.1** Transporte de numerário e outros valores para alívio e suprimento;
 - 12.2.2** Diagnóstico da necessidade de assistência técnica especializada e de ativação de linhas de transmissão de dados;
 - 12.2.3** Acompanhamento dos serviços realizados por técnicos autorizados pelo CONTRATANTE;
- 12.3** Os serviços serão realizados somente em dias úteis, sem frequência e horário preestabelecidos e de forma esporádica. O CONTRATANTE deverá solicitar os serviços com antecedência mínima de 02 (duas) horas onde a contratada possuir base e, 24 (vinte e quatro) horas, onde não possuir base, de sua realização.
- 12.4** A CONTRATADA fornecerá ao CONTRATANTE relação atualizada de seus prepostos, contendo número de matrícula e identificação com foto, autorizados a efetuarem coleta, abastecimento de numerário e consumíveis nos equipamentos eletrônicos de autoatendimento. Caso haja alguma alteração, inclusão ou exclusão a CONTRATADA deverá avisar aos pontos de atendimentos, através de documento formal.
- 12.5** Os valores entregues para transporte serão acondicionados em malotes numerados de propriedade da CONTRATADA, lacrados com selos de segurança, sem vestígios de violação e perfeitos. Os volumes conterão indicações externas para a necessária identificação, tais como: número do malote, nome do remetente. A CONTRATADA recusará os volumes que lhe forem apresentados fora do rigoroso preenchimento destas condições.
- 12.6** Os valores serão entregues no destino às pessoas que representam o CONTRATANTE, devidamente identificadas. Se os volumes apresentarem vestígios de violação, somente serão recebidos depois de conferido seu conteúdo, na presença de duas testemunhas, lavrando-se o termo minucioso do fato, inclusive descrição daquilo que neles for encontrado. Assinarão o termo o preposto da CONTRATADA e o do CONTRATANTE, além das testemunhas que a tudo deverão assistir.
- 12.7** Os valores poderão ser entregues, também, sob forma de cheques à CONTRATADA, que o resgatará perante a entidade sacada, acondicionará a moeda em malotes de sua propriedade e fará a entrega, no local de destino, às pessoas que representam o CONTRATANTE.
- 12.8** No ato da entrega dos volumes ou cheques à CONTRATADA, por ela será emitido recibo ou documento equivalente, numerado em quatros vias, o qual conterá: número do malote, origem, destino, data e hora de entrega, descrição sumaria do conteúdo, e o respectivo valor, inclusive do cheque, se for o caso, utilizando-se, para tanto, de formulário cujo modelo deverá ser previamente aprovado pelo CONTRATANTE.
- 12.9** A primeira via do recibo, assinada pelo preposto da CONTRATADA, permanecerá na origem, fazendo prova do recebimento por ela dos volumes a transportar. A segunda, terceira e quarta vias serão apresentadas pela CONTRATADA no local de entrega, onde o representante do CONTRATANTE, após conferir os números dos malotes nelas registrados e verificar a inexistência de vestígios de violação, ou conferir a moeda, no caso de transporte iniciado com cheque, as carimbará e assinará, indicando hora e data

da entrega, conservando em seu poder a terceira via e devolvendo a segunda e quarta vias ao preposto da CONTRATADA, sendo que a quarta via será anexada à fatura correspondente.

12.10 A CONTRATADA receberá, conferirá os volumes que lhe forem confiados e aceitará a declaração sobre os conteúdos exarada nos recibos ou documentos equivalentes, conforme parágrafo anterior, assumindo inteira responsabilidade de transportá-los e entregá-los no local de destino, sem o mais leve indicio de violação, obedecida a programação feita pelo CONTRATANTE.

12.11 Quando se tratar da entrega de consumíveis, o CONTRATANTE emitirá recibo em 2 (duas) vias, que será firmado pela CONTRATADA, com a descrição dos tipos e quantidades entregues, ficando a 1^a via em poder do CONTRATANTE e a 2^a com a CONTRATADA.

13. DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS

13.1 É admitida a repactuação dos preços deste Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano.

13.2 interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data limite para a apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do(s) acordo(s), ou convenção(ões) coletiva(s) de trabalho ou sentença(s) normativa(s) vigente(s) à época da apresentação da proposta.

13.3 A - MÃO-DE-OBRA: conforme a Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho da categoria (Salário e Benefícios);

13.4 B - COMBUSTÍVEL: reajuste pela variação de preço do DIESEL, divulgado pela ANP, com base na data da proposta;

13.5 C – INSUMOS E MATERIAIS: Os preços dos insumos e materiais serão reajustados de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, a cada 12 (doze) meses, contados da data da proposta, salvo os preços de insumos decorrentes de convenção, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou definidos pelo poder público, que serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, na mesma data em que ocorrer a repactuação da mão de obra.

13.6 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 1 (um) ano será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ocorrida.

13.7 Caso a LICITADA não requeira tempestivamente a repactuação e prorogue o Contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão do direito.

13.8 As repactuações serão precedidas de solicitação da LICITADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços, do novo acordo ou convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados.

13.9 Com base em ocorrências registradas durante a execução do Contrato, poderão ser negociados os seguintes itens gerenciáveis: auxílio-doença, licença- paternidade, faltas legais, acidente de trabalho, aviso-prévio indenizado e indenização adicional; e

13.10 A partir do segundo ano de vigência do Contrato, este terá o percentual do item “aviso prévio trabalhado” zerado, visto que esse custo é pago integralmente no primeiro ano.

13.11 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva de trabalho.

13.12 A repactuação somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se:

13.12.1 Os preços praticados no mercado e em outros Contratos da Administração;

13.12.2 As particularidades do Contrato em vigência;

13.12.3 O novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;

13.12.4 A nova planilha com a variação dos custos apresentada;

13.12.5 Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

13.12.6 A disponibilidade orçamentária da contratada.

13.13 A repactuação produzirá efeitos financeiros:

13.13.1 A partir da assinatura do instrumento de formalização da repactuação;

13.13.2 Em data posterior à assinatura do instrumento de formalização da repactuação, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das repactuações subsequentes; ou

13.13.3 Em data anterior à assinatura do instrumento de formalização da repactuação, exclusivamente quando esta envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa, podendo a data estipulada no instrumento para o início dos efeitos financeiros do reajuste salarial ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

14. DO SEGURO

14.1 Caberá à contratada manter integralmente segurados os valores que lhe forem confiados para transporte, contra riscos de furto, de roubo, de apropriação indébita, de perecimento, de dano ou de inutilização, sendo, portanto, a cobertura securitária ajustável e equivalente ao valor declarado em cada embarque. Ficará proibida de fazer o transporte de numerário que exceda o valor segurado para a respectiva viatura, sendo a única e exclusiva responsável por qualquer infração cometida sobre a presente instrução.

14.2 A contratada deverá manter todos os valores em seu poder, durante o transporte e/ou custódia ou qualquer outra circunstância em que estejam sob sua responsabilidade, permanentemente cobertos por seguros adequados e compatíveis com os riscos inerentes atualizando as respectivas coberturas sempre que necessário.

14.3 Os seguros contratados deverão cobrir inclusive a infidelidade de empregados da contratada.

- 14.4** A contratada deverá apresentar ao Banco, na pessoa do Fiscal do Contrato, a apólice relativa a tal seguro, bem como os respectivos comprovantes de quitação do correspondente prêmio, na assinatura do Contrato, como condição de sua eficácia, assim como reapresentá-la, no caso de alteração dos valores segurados, ou sempre que solicitado pelo Banco.
- 14.5** Todas as despesas, impostos e pagamentos relativos aos referidos seguros correrão por conta e responsabilidade da contratada, inclusive quanto à franquia incidente em caso de sinistro.
- 14.6** A existência do seguro não isenta a contratada da integral responsabilidade, perante o Banco, pelos valores em seu poder.
- 14.7** A contatada obriga-se a indenizar o Banco por quaisquer prejuízos ocorridos durante a execução dos serviços contratados, independentemente de culpa ou dolo, não cabendo alegar o eventual não pagamento pela seguradora, para isentar-se da obrigação de indenizar.
- 14.8** Havendo o pagamento pela seguradora, a contratada deve efetuar o repasse ao Banco na mesma data.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 15.1** Constituem expressa obrigação da contratada, além das demais mencionadas neste Termo de Referência, as seguintes:
- 15.1.1 Manter serviço de fiscalização periódica, para observar a exatidão do desempenho dos serviços contratados. Esta condição não impede o contratante de, por meios próprios, fiscalizar a execução dos serviços contratados, determinando as correções que julgar oportunas, para melhoria dos mesmos;
- 15.1.2 Utilizar armamento próprio para prestação dos serviços contratados, cabendo-lhe a aquisição, o registro no órgão competente e a sua manutenção, bem como do fardamento completo dos seus empregados e do colete à prova de balas.
- 15.1.3 A contratada obriga-se a apresentar anualmente à contratante a renovação do Certificado de Segurança e Autorização para Funcionamento, expedido pelo Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, inclusive de seus responsáveis técnicos.
- 15.2** A CONTRATADA obriga-se a colocar à disposição do CONTRATANTE, sempre que solicitado, carro forte, motorista e respectiva guarnição de segurança, devidamente selecionada, treinada e armada, atendendo a todos os requisitos da Lei nº 7.102/83 e Decreto nº 89.056/83, para execução dos serviços discriminados ANEXO I-A, respeitando os preços ajustados.
- 15.3** A contratada obriga-se a comunicar imediatamente a contratante, pela via mais rápida e segura, confirmando posteriormente, em documento formal, os casos de perda, roubo, furto ou extravio de qualquer natureza dos valores transportados, ou qualquer outra situação que possa comprometer a segurança envolvida na prestação dos serviços.

- 15.4** É obrigação da contratada, manter Plano de Contingência destinado a assegurar o atendimento dos serviços em caso de paralisações/greves de seus funcionários, devendo apresentar atualizado, anualmente, ao CONTRATANTE.
- 15.5** A contratada obriga-se a efetivar o transporte com segurança plena, em viatura blindada, com requisitos de segurança para o fim a que se destina, vistoriada e aprovada por autoridades competentes do Departamento de Polícia Federal e provida de guarda suficiente, corretamente armada e instruída observadas, as normas vigentes ou que venham a ser ditadas por autoridade competente.
- 15.6** A contratada deverá manter sigilo sobre rotas, valores, programação de viagens, normas de segurança praticadas pelo contratante e todas as demais informações que possa pôr em risco a segurança dos bens transportados e a integridade física dos seus empregados, dos funcionários do contratante ou de terceiros.
- 15.7** Formação e atualização do pessoal, com todos os custos de treinamentos e reciclagens correrão às expensas da contratada, sem qualquer ônus ou custo adicional para a contratante. A empresa promoverá a reciclagem para os vigilantes e supervisores vigilantes, na forma da portaria DPF 3.233/2012 ou a que a suceda, além da reciclagem obrigatória.
- 15.8** A contatada deverá providenciar a participação dos seus empregados alocados à prestação dos serviços em cursos, relacionados à segurança, tais como, prevenção e combate a incêndios, primeiros socorros e outros eventos de interesse para a segurança.
- 15.9** A contatada deverá comprovar que os Vigilantes e Supervisores Vigilantes alocados à prestação dos serviços tenham realizado exame de saúde física e mental e considerados aptos para as atividades laborais, há menos de 1 (um) ano.
- 15.10** Ressarcir à contratante os danos resultantes da divulgação ou uso indevido de informações sigilosas da mesma, quando tais ações forem praticadas por prepostos ou empregados da contatada, ou quando tais ações ocorrerem por culpa da contatada.
- 15.11** As armas utilizadas na prestação dos serviços, serão de inteira responsabilidade da contatada e somente deverão serem utilizadas em legítima defesa própria ou de terceiros e na salvaguarda do patrimônio do contratante, depois de esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema.
- 15.12** Empregar profissionais preparados para o desempenho das funções, bem como realizar exames médicos periódicos, e ainda mantê-los devidamente uniformizados e identificados por crachás, sujeitando-os às normas disciplinares da contratante.
- 15.13** Responsabilizar-se por quaisquer danos que, comprovadamente, vierem a ocorrer em prejuízo do patrimônio da contratada ou de terceiros, por ação ou omissão de seus prepostos e/ou empregados, adotando-se, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, as providências necessárias, indicadas e pertinentes no sentido de proceder, em qualquer caso, a devida reposição do bem ou ressarcimento do(s) prejuízo(s).
- 15.14** Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

- 15.15** Cumprir a programação dos serviços elaborada pela contratante, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos funcionários e visitantes.
- 15.16** Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade observada na prestação dos serviços.
- 15.17** Contratar seguro a favor de seus empregados contra risco de acidente de trabalho, apresentando a apólice à contratante, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros decorrentes de sua condição de empregador, resultantes da execução do Contrato, conforme exigência legal, podendo o Fiscal do Contrato, a qualquer tempo solicitar os comprovantes.
- 15.18** Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou acometidos de mal súbito, quando em serviço, assegurando-lhes o cumprimento a todas as determinações trabalhistas e previdenciárias cabíveis e assumindo, ainda, as responsabilidades civis, penais, criminais e demais sanções legais decorrentes do eventual descumprimento destas.
- 15.19** Emitir Comunicado de Acidente de Trabalho – CAT, em formulário próprio do INSS, em caso de eventual ocorrência de acidente com seus empregados nas dependências da contratante, apresentando cópia do mesmo à Fiscalização do Contrato.
- 15.20** Não contratar empregado pertencente ao quadro de pessoal da contratada ou terceiro que já lhe preste serviços, para atuar na execução do Contrato.
- 15.21** Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratado.
- 15.22** Não veicular, sem autorização da contratada, publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades e programas da contratante.
- 15.23** É vedado à contratada contratar, para a prestação de serviços, empregado que tenha cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, que seja empregado ou comissionado da contratante.
- 15.24** A contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, bem como por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária decorrentes da execução do Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à contratada.
- 15.25** A contratada assume integral e irrestrita responsabilidade pelos valores que lhe sejam confiados pelo contratante, a partir do momento do recebimento, até a perfeita entrega no local de destino.
- 15.26** A contatada deverá utilizar o sistema de senhas diárias como recurso de segurança, no ato de entrega e coleta de valores.
- 15.27** A contatada assume integral responsabilidade pelo pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, que possam influir, direta ou indiretamente, na execução dos serviços ora contratados, bem como os riscos e as despesas decorrentes da prestação do serviço, incluindo material, despesas de coberturas securitárias, mão-de-obra, aparelhos e equipamentos necessários.

16. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 16.1** Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei.
- 16.2** Permitir à contratada o acesso às áreas e instalações necessárias ao cumprimento das tarefas previstas neste Termo de Referência.
- 16.3** Notificar formalmente a contratada acerca de falhas ou irregularidades encontradas na execução dos serviços, fixando-lhe prazo para corrigi-las.
- 16.4** Notificar, por escrito, a contratada, informando-lhe a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.
- 16.5** Efetuar os pagamentos à contratada na forma e nos prazos previstos neste Termo, após o cumprimento das formalidades legais.
- 16.6** Comunicar à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada à execução do Contrato.
- 16.7** Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Edital e seus Anexos.

17. DAS GARANTIAS

- 17.1** A CONTRATADA da licitação prestará garantia de execução do contrato, equivalente a 5% (cinco porcento) do valor do contrato;
- 17.2** A garantia deverá ser prestada em uma das modalidades abaixo, devendo o respectivo comprovante ser apresentado à Contratante, como condição para a assinatura do contrato:
 - I) Caução em dinheiro ou em Títulos da Dívida Pública.**
 - a)** Os Títulos da Dívida Pública devem ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
 - b)** A caução em dinheiro deve ser efetuada junto a uma Agência do Contratante, em que o depósito tenha como beneficiário a Contratante;
 - c)** Sobre a caução prestada em dinheiro incide, tão somente, a atualização correspondente ao índice de variação do rendimento da caderneta de poupança, a contar da data do depósito até o seu efetivo levantamento.

II) Seguro-garantia.

- a)** contendo o prazo de validade que deve corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30(trinta) dias, devendo ser tempestivamente renovado, se estendida ou prorrogada a vigência;
- b)** O seguro deve contemplar a cobertura dos riscos de inadimplemento pela contratada dos encargos tributários, trabalhistas e sociais e resarcimento das multas impostas à contratada, até o limite da garantia;

- c) Não será aceita a apólice de seguro que contenha ressalvas quanto à cobertura dos riscos mencionados;
- d) A apólice de seguro deve vir acompanhada de cópia das condições gerais, particulares e/ou especiais convencionais e demais documentos que a integram.

III) Fiança bancária contendo:

- a) Prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30(trinta) dias, devendo ser tempestivamente renovada se estendida ou prorrogada essa vigência;
- b) Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à Contratante, independentemente de interpretação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
- c) Renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos art. 827 e 828 do Novo Código Civil;
- d) Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com o previsto neste edital.

17.3 A garantia poderá ser liberada após o perfeito cumprimento do contrato, no prazo de 30(trinta) dias, contados após a data do vencimento do contrato, desde que cumpridos todos os seus termos, cláusulas e condições.

17.4 A perda da garantia em favor da Contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.

17.5 A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 5(cinco) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores, ou quando houver alteração contratual que implique aumento do valor contratado, de modo que corresponda a 5% (cinco porcento) do valor global contratado.

17.6 A qualquer tempo, mediante prévia solicitação a Contratante, com as devidas justificativas, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas neste contrato.

18. DA HABILITAÇÃO

18.1 A CONTRATADA se obriga a manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, inclusive a condição de não empregar trabalhador menor, na forma da Lei 9.854, de 27.10.1999. Assume, ainda, a obrigação de apresentar, no término do prazo de validade de cada documento, os seguintes comprovantes devidamente atualizados:

- a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal do domicílio ou sede da CONTRATADA, compreendendo a Certidão de Quitação de Tributos e a Certidão Quanto a Dívida Ativa - ou outras equivalentes, na forma da lei - expedidas, em cada esfera de governo, pelo órgão competente;
- b) prova de regularidade da Fazenda Estadual e Municipal;

- c) prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND);
- d) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade (CRF);
- e) Apresentação da Certidão Negativa de Dívida Trabalhista – CNDT.

18.2 A contratada poderá exigir em decorrência do Contrato, a qualquer tempo, a apresentação de comprovantes originais referentes à efetiva quitação de qualquer encargo ou compromisso para com terceiros, exigidos por força da execução do Contrato. A não-apresentação desses comprovantes poderá ensejar a rescisão do Contrato.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 Pela inexecução total ou parcial, ainda por atraso ou descumprimento das obrigações pela **ADJUDICATÁRIA/CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** pode, garantido o contraditório e a ampla defesa aplicar as seguintes sanções:

- a) Advertência escrita;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com o Banco por prazo não superior a 02 (dois) anos;

19.2 A **ADJUCATÁRIA/ CONTRATADA** podem ser punidas com as sanções prevista nos subitens 30.1.1 a 30.1.3 quando:

- 19.2.1** dar causa a inexecução total ou parcial do contrato;
- 19.2.2** deixar de entregar a documentação exigida para o certame licitatório, salvo na inversão da fase prevista;
- 19.2.3** não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente devidamente Justificado;
- 19.2.4** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado;
- 19.2.5** apresentar documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 19.2.6** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 19.2.7** comportar-se com má-fé ou cometer fraude fiscal;
- 19.2.8** praticar atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

19.3 O atraso na prestação de serviços superior a 15 (quinze) dias consecutivos poderá ensejar a rescisão do contrato.

19.4 A sanção prevista no item 30.1.3 poderá também ser aplicada às empresas ou aos profissionais que em razão dos contratos regidos pela lei 13.303/2016:

- 19.4.1** tenham sofrido condenação definitiva por praticarem por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

- 19.4.2 tenham praticado atos ilícitos a frustrar os objetivos da licitação;
- 19.4.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o Banco em virtude de atos ilícitos praticados.

19.5 As multas serão aplicadas, conforme a seguir:

19.5.1 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total do ajuste;

19.5.2 Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato pela inexecução parcial do ajuste.

19.6 Se a **CONTRATADA** não mantiver durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 2023/003, o contrato poderá ser rescindido, bem como poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei.

19.7 Será considerado falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da penalidade de impedimento par licitar e contratar com a União.

19.8 A advertência será aplicada nos casos de faltas leves assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos financeiro ao BANCO pelo descumprimento das obrigações contratuais.

19.9 A advertência e a anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores poderão ser aplicadas quando houver descumprimento das obrigações que não acarretem prejuízo ao BANCO e/ou execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento do serviço, desde que sua gravidade não recomende aplicação da suspensão temporária.

19.10 A falta de equipamentos ou recursos materiais não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a **CONTRATADA** das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas no Edital com seus Anexos.

19.11 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança facultada a defesa prévia, não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

19.12 O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no mesmo, poderá ser rescindido, por ato formal do **BANCO** por descumprimento contratual.

19.13 Nenhuma penalidade será aplicada pelo **BANCO** sem o devido processo administrativo assegurado o **contraditório** e a ampla defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis.

19.14 Após o devido processo administrativo sendo constatada a responsabilidade da **CONTRATADA**, o valor das multas definidas no contrato **será descontada da garantia**, dos pagamentos **eventualmente** devidos ao Banco, ou ainda, quando for o caso, judicialmente e **estarão limitadas a 10% (dez por cento) do valor total contratado**.

19.15 Se a multa for de valor superior a garantia oferecida, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos

eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE**, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

19.16 Inexistindo pagamento(s) devido(s) pelo **BANCO** ou sendo este(s) insuficiente(s), caberá à **CONTRATADA** quitar o valor da(s) multa(s) mediante depósito em conta corrente própria em nome do Banco no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos contados da data da comunicação de confirmação da penalidade."

19.17 Em não se realizando o pagamento nos termos definidos no item acima, far-se-á a sua cobrança judicialmente.

19.18 A rescisão do contrato provocada pela **CONTRATADA** implicará de pleno direito, a cobrança pelo Banco de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor total contratado.

19.19 Ao valor da multa não adimplida e objeto de cobrança judicial serão acrescidos honorários advocatícios, estes no percentual de 20% (vinte por cento), custas judiciais, correção monetária (INPC) e juros na forma do artigo nº 405 do Código Civil, facultando-se ainda ao **CONTRANTE** a inscrição do inadimplente nos órgãos do cadastro restritivo (SERASA/SPC).

19.20 As ações danosas ou criminosas cometidas por empregados, prepostos da empresa Contratada, empresas ou pessoas por ela contratada ou designadas, no exercício de atividades previstas no contrato que ocasionarem prejuízos ao Banco, a seus clientes/usuários de serviços bancários, devidamente comprovados através de decisão judicial (transitado em julgado), implicará na cobrança de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato e mais o valor correspondente ao valor do prejuízo apurado.

19.21 Caso não seja garantido absoluto sigilo sobre todos os processos, rotinas, objetos informações documentos e quaisquer outros dados fornecidos pelo **BANCO**, implicará na cobrança de multa compensatória correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, além das cominações previstas na Legislação, podendo o Banco rescindir o contrato.

20. DA RESCISÃO:

20.1 Constituem motivos para rescisão do contrato, independente de interpelação judicial ou extrajudicial:

20.1.1 O atraso na entrega dos serviços, no prazo superior a 15(quinze) dias, contados do prazo estipulado no contrato;

20.1.2 A transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas;

20.1.3 O descumprimento reiterado de cláusulas, especificações ou prazos contratuais;

20.1.4 Outras hipóteses que constem na cláusula **DÉCIMA QUARTA** da minuta do contrato (Anexo X) deste Edital."

20.2 A rescisão também poderá ocorrer, quando a **CONTRATADA**:

33.2.4 Deixar de comprovar sua regularidade fiscal, inclusive contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS, para com seus empregados;

33.2.5 Vier a ser declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública;

33.2.6 Utilizar em benefício próprio ou de terceiros, informações sigilosas às quais tenha acesso por força de suas atribuições contratuais.

20.3 A rescisão do Contrato provocada pela CONTRATADA implicará de pleno direito, na cobrança pelo CONTRATANTE de multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

21. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

21.1 A CONTRATADA, se compromete as obrigações socioambientais, tais como:

21.1.1 prevenção de trabalho escravo e infantil;

21.1.2 respeito ao meio ambiente e;

21.1.3 combate a todas as formas de corrupção.

21.2 A CONTRATADA será responsável pela destinação ambientalmente correta para todos os resíduos, suprimentos, peças e materiais utilizados nos equipamentos, obedecendo à legislação e orientações relativas ao compromisso com o meio ambiente;

21.3 A CONTRATADA se compromete a proteger e preservar o meio ambiente, com observância dos atos legais, normativos e administrativos relativos às áreas de meio ambiente, emanadas das esferas federal, estaduais e municipais.

22. DA VEDAÇÃO

22.1 O contrato não poderá ser, no todo ou em parte, objeto de cessão ou transferência.

22.2 Fica expressamente vedada a subcontratação para execução do objeto relativo ao Contrato.

22.3 Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 04.06.2010, que dispõe sobre a vedação de nepotismo no âmbito da administração pública federal, também é vedado à **CONTRATADA** utilizar, durante toda a vigência deste Contrato, mão de obra de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o 3º (terceiro) grau, de empregado do **CONTRATANTE** que exerça cargo em comissão ou função de confiança.

Responsável pelo documento (Anexo I):

Área Técnica do Banco da Amazônia

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2023/003
ANEXO I-A
RELAÇÃO DE AGÊNCIAS, ENDEREÇOS, PERCURSOS E ESTIMATIVAS
TRANSPORTE DE VALORES ESTADO DE RONDÔNIA

Lote	Agência /Origem	Percorso /Destino	Estimativa Viagens p/ Mês	Estimativa Viagens p/ Ano	Valor Máximo Transp. P/viagem (1)	Limite % Máximo Tx. <i>ad valorem</i> <= 0,044% (2)	Valor (R\$) Total Tx. <i>ad valorem</i> (1) X (2)	Preço (R\$) Estimado p/ embarque (*)
01	De: BASA Buritis Av. Ayrton Senna, 1206, Centro, Buritis/RO	Para: Banco do Brasil. AV. Foz do Iguaçu, 1643 setor 3, Centro, Buritis/RO	02	24	R\$-730.000			

TRANSPORTE DE VALORES ESTADO DO PARÁ

Lote	Agência/Origem	Percorso/Destino	Estimativa Viagens Mês (1)	Estimativa Viagens p/ Ano	Valor (R\$) Máximo Transp. P/ viagem	Limite % Máximo Tx. <i>ad valorem</i> <=0,044% (2)	Valor (R\$) Total Tx. <i>Ad valorem</i> (1) X (2)	Preço (R\$) Estimado p/ embarque (*)
02	De: BASA Jacundá Rua Bianor Paixão, 35, Centro, 660, Jacundá/PA	Para: Banco do Brasil-Seret Marabá Folha trinta e dois, S/N QD 6, Lote 52, Nova Marabá, Marabá/PA	01	12	600.000			
03	De: BASA Capanema Avenida Barão de Capanema, 966, Centro, Capanema/PA	Para: Banco do Brasil Avenida Barão de Capanema 965, Centro, Capanema/PA	08	96	1.000.000			

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2023/003

ANEXO I-B

MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº Processo
Lotação Nº

Dia ____ / ____ / ____ às ____ : ____ horas

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)

Anexo-A – Mão-de-obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra	
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)
2	Salário Normativo da Categoria Profissional
3	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)

Nota: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo e posto de serviço.

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição de Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	
B	Reposo Semanal Remunerado	
C	Adicional de Risco de Vida	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Periculosidade	
F	Adicional de Insalubridade	
G	Outros (especificar)	
Total da Remuneração		

MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

2	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica etc.)	
C	Assistência médica e familiar	
D	Auxílio creche	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	
F	Outros (especificar)	
Total de Benefícios mensais e diários		

Nota: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS

3	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Outros (especificar)	
	Total de insumos diversos	

Nota: Valores mensais por empregado.

MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS
Submódulo 4.1 – Encargos Previdenciários e FGTS:

4.1	Encargos Previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A	INSS		
B	SESI ou SESC		
C	SENAI ou SENAC		
D	INCRA		
E	Salário Educação		
F	FGTS		
G	Seguro acidente do trabalho		
H	SEBRAE		
	TOTAL		

Nota: Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Submódulo 4.2 – 13º Salário e Adicional de Férias

4.2	13º Salário e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º Salário	
B	Adicional de Férias	
	Subtotal	
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	
	TOTAL	

Submódulo 4.3 – Provisão para Rescisão

4.3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	
D	Aviso prévio trabalhado	
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	
	TOTAL	

Submódulo 4.4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.4	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
A	Férias	
B	Ausência por doença	
C	Licença paternidade	
D	Ausências legais	
E	Ausência por Acidente de trabalho	
F	Outros (especificar)	
	Subtotal	
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de Reposição	
	TOTAL	

Quadro - Resumo – Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas

4	Módulo 4 – Encargos sociais e trabalhistas	Valor (R\$)
4.1	Encargos previdenciários e FGTS	
4.2	13º Salário e Adicional de Férias	
4.3	Provisão para Rescisão	
4.4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	
4.5	Outros (especificar)	
TOTAL		

MÓDULO 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Tributos		
	B.1 Tributos Federais (especificar)		
	B.2 Tributos Municipais (especificar)		
C	Lucro		
TOTAL			

Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

Nota (3): A CONTRATADA deverá comprovar as alíquotas do ISS de cada município, e as alíquotas do PIS/COFINS de acordo com sistema tributário da CONTRATADA.

B - Quadro-resumo do Custo por Empregado

	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários	
C	Módulo 3 – Insumos Diversos	
D	Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas	
Subtotal (A+B+C+D)		
E	Módulo 5 – Custos Indiretos, tributos e lucro	
Valor total por empregado		

Observações:

- (1) Não poderá constar nas Planilhas de Custos e Formação de Preços item relativo à “RESERVA TÉCNICA”, conforme jurisprudência do Tribunal de Contas da União;
- (2) Não poderá constar das Planilhas de Custos e Formação de Preços item relativo a “TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO/RECICLAGEM”, vez que tais custos já deverão estar englobados nas despesas administrativas da CONTRATADA;
- (3) O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IPRJ e a Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL não podem ser repassados para a CONTRATANTE, pois são tributos de natureza direta e personalística, que oneram diretamente a CONTRATADA.

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2023/003
ANEXO II
MODELO DE CARTA-PROPOSTA

REF. Pregão Eletrônico Nº 2023/003

1. PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL:

SEDE:

CNPJ:

TELEFONE/FAX:

ENDEREÇO:

Prezados Senhores,

Pela presente, submetemos à apreciação de V.Sa. a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos, e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no Edital do **Pregão Eletrônico Nº 2023/003** e seus anexos.

2. PROPOSTA DE PREÇOS

Indicar o lote/item	Agência /Origem	Percorso/ Destino	Valor Base p/ Viagem	Número Estimado de viagem por 12 meses	Número Estimado de viagem por Ano	Valor Médio por Viagem	Limite % Máximo Tx. ad valorem <= 0,044% (2)	Valor (R\$) Total Tx. ad valorem (1) X (2)	Preço (R\$) Estimado p/ embarque (*)

* Indicar somente as unidades arrematadas.

3. Declaro que no preço ofertado estão incluídos todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento do objeto do **Pregão Eletrônico Nº 2023/003**;
4. O prazo de validade desta proposta de preço é **de 90 (noventa) dias** consecutivos, a contar da data da sessão de abertura da licitação.
5. **FORMA DE HABILITAÇÃO:** assinalar com “X” a opção escolhida entre as oferecidas no **Edital do Pregão Eletrônico Nº 2023/003**:
 - a. Pelo Banco ();
 - b. Pelo SICAF ().

Local ., de . de 2023

Representante Legal da licitante

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2023/003

ANEXO III

**MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO E
COMUNICAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE**

Para fins de participação na licitação denominada **Pregão Eletrônico nº 2023/003**, a empresa (nome completo da licitante) ****, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **.**.***/**-**, sediada em (endereço completo) ****, DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexiste(m) fato(s) impeditivo(s) para a sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

***** (**), ** de ***** de 2023

Nome e identificação do declarante

No caso de Microempresa ou Empresa de pequeno Porte, utilizar o texto abaixo:

**MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO E
COMUNICAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE - ME/EPP**

Para fins de participação na licitação denominada **Pregão Eletrônico nº 2023/003**, a empresa (nome completo da licitante) ***, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **.**.***/**-**, sediada em (endereço completo) ***, DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexiste(m) fato(s) impeditivo(s) para a sua habilitação, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 e do Decreto nº 6.204, de 05.09.2007, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

***** (**), ** de ***** de 2023

Nome e identificação do declarante

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2023/003

ANEXO IV

MINUTA DA DECLARAÇÃO EXIGIDA NO SUBITEM 17.1.1 DO EDITAL

Para participar do **Pregão Eletrônico Nº 2023/003**, cujo objeto é a contratação em lotes parcelados, de empresa especializada para prestação de serviços eventuais de transporte de valores, abastecimento, suprimento e recolhimento de numerários para as agências do Banco da Amazônia no Estado do Pará, municípios de Capanema e Jacundá, no Estado de Rondônia, município de Buritis, na forma da legislação específica, normas do IRB – Brasil Resseguros S.A. e demais órgãos competentes quanto a seguros e nos percursos e condições prevista neste Edital e seus Anexos, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da celebração do contrato, a empresa *** (razão social), inscrita no CNPJ/MF sob o nº **.**.***/0001-**, sediada em *** (UF), na Rua (Avenida etc) **, nº ** (endereço completo), por intermédio do seu representante legal, Sr. (a) **, portador (a) do RG nº **-SSP/** e do CPF/MF nº **.**.**-**, abaixo assinado(a), **DECLARA**, sob as penas da lei, que não existe em seu quadro empregado do Banco da Amazônia S. A. como dirigente, acionista detentor de mais de **5% (cinco por cento)** do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico, representante comercial ou procurador.

***** (UF), ** de ***** de 2023

assinatura do(a) declarante

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2023/003

ANEXO V

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Para fins de participação na licitação denominada **Pregão Eletrônico nº 2023/003**, a empresa (nome completo da licitante) ***, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **.***.***/****-**, sediada em (endereço completo) ***, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso) ***, na forma da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 e do Decreto nº 6.204, de 05.09.2007, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada Lei Complementar.

DECLARA, ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006.

***** (**), ** de ***** de 2023.

Nome e identificação da declarante

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2023/003

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR NO
QUADRO DA EMPRESA**
(Decreto 4.358, de 05.09.2002)

Para fins de participação na licitação denominada **Pregão Eletrônico nº 2023/003**, a empresa (nome completo da licitante) *****, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **.**.***/**-**, por intermédio do seu representante legal, Sr. (a) *****, portador (a) do RG nº *****-SSP/** e do CPF nº **.**.**-**, DECLARA, para fins do disposto na Lei 13.303/2016, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27.10.1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

***** (**), ** de ***** de 2023.

Representante legal da declarante

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2023/003

ANEXO VII

**MINUTA DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO TEOR DO DECRETO Nº
7.203, DE 04.06.2010**

Para participar do **Pregão Eletrônico Nº 2023/003**, cujo objeto é a contratação em lotes parcelados, de empresa especializada para prestação de serviços eventuais de transporte de valores, abastecimento, suprimento e recolhimento de numerários para as agências do Banco da Amazônia no Estado do Pará, municípios de Capanema e Jacundá, no Estado de Rondônia, município de Buritis, na forma da legislação específica, normas do IRB – Brasil Resseguros S.A. e demais órgãos competentes quanto a seguros e nos percursos e condições prevista neste Edital e seus Anexos, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da celebração do contrato, a empresa *** (razão social), inscrita no CNPJ/MF sob o nº **.**.***/0001-**, sediada em *** (UF), na Rua (Avenida etc) ***, nº *** (endereço completo), por intermédio do seu representante legal, Sr(a) ***, portador(a) do RG nº ***-SSP/** e do CPF/MF nº ***.***.***-**, abaixo assinado(a), **DECLARA** que:

- a)** tem conhecimento do teor do Decreto nº 7.203, de 04.06.2010, que dispõe sobre a vedação de nepotismo no âmbito da administração pública federal; e
- b)** em cumprimento ao citado decreto, não utilizará durante toda a vigência do contrato a ser firmado com o Banco da Amazônia S.A. mão de obra de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o 3º (terceiro) grau, de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança no contratante.

***** (UF), ***** de 2023

assinatura do(a) declarante

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2023/003

ANEXO VIII

MINUTA DE DECLARAÇÃO CONFORME Art. 38 da Lei 13.303/2016

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2023/003

*****(nome completo da empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº ***, por intermédio do seu representante legal o Sr. ***, portado da Carteira de Identidade nº ***/**-** e do CPF/MF nº ***, DECLARA, nos termos do art. 38, da Lei nº 13.303/2016, sob as penas da lei que não existe em seu quadro administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja diretor ou empregado do Banco; que não se encontra suspensa pelo Banco; que não foi declarada inidônea pela União; que não é constituída por sócio de empresa que sofreu suspensão, impedimento ou tenha sido declarada inidônea; que o seu administrador não é sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea; que não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção; que o seu administrador não foi sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção; que não tem, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

DECLARA, ainda, que está ciente da vedação à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante; a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com dirigente do Banco da Amazônia; de empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação; de autoridade do ente público a que o Banco da Amazônia mista esteja vinculado; e de empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com o Banco há menos de 6 (seis) meses.

***** (**), ** de ***** de 2023

Nome e identificação do declarante

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2023/003

ANEXO IX

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

(Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”)

Para participar do **Pregão Eletrônico Nº 2023/003**, cujo objeto é a contratação em lotes parcelados, de empresa especializada para prestação de serviços eventuais de transporte de valores, abastecimento, suprimento e recolhimento de numerários para as agências do Banco da Amazônia no Estado do Pará, municípios de Capanema e Jacundá, no Estado de Rondônia, município de Buritis, na forma da legislação específica, normas do IRB – Brasil Resseguros S.A. e demais órgãos competentes quanto a seguros e nos percursos e condições prevista neste Edital e seus Anexos, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da celebração do contrato, a empresa *** (razão social), inscrita no CNPJ/MF sob o nº **.**.***/0001-**, sediada em *** (UF), na Rua (Avenida etc) ***, nº *** (endereço completo), por intermédio do seu representante legal, Sr(a) ***, portador(a) do RG nº ***-SSP/** e do CPF/MF nº ***.***.***-**, abaixo assinado(a), **DECLARA** que:

a) tem conhecimento do teor Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos, que dispõe sobre as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira; e

b) se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados. Adicionalmente, cada uma das Partes declara que tem e manterá até o final da vigência do contrato um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obriga a cumprir fielmente. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, ambas as Partes desde já se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos no contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

(i) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e

(ii) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

***** (UF), ***** de 2023

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2023/003

ANEXO X

MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

Contrato nº 2023/***

“MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE VALORES PARA ABASTECIMENTO, SUPRIMENTO E/OU RECOLHIMENTO DE NUMERÁRIOS PARA A(S) UNIDADE(S) DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A NO ESTADO DO (DESCREVER CONFORME O LOTE VENCEDOR), QUE FAZEM ENTRE SI O BANCO DA AMAZÔNIA E A EMPRESA”

Por este instrumento particular de contrato, em que são partes, de um lado o Banco da Amazônia S.A., sociedade de economia mista, vinculado ao Governo Federal, com sede em Belém (PA), na Avenida Presidente Vargas, nº 800, Bairro Campina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.902.979/0001-44, representado neste ato por seu Diretor de ***, Sr.***, *** (nacionalidade), *** (estado civil), *** (profissão), portador do RG nº ***SSP/** e do CPF/MF nº ***.***.***-**, domiciliado e residente nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa ***, com sede em *** (UF), na Rua (Avenida, Quadra etc.) ***, nº ***, Bairro ***, CEP: nº *** - ***, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **.***/0001-**, representada neste ato por seu *** (cargo), Sr(a).*** (nome completo), *** (nacionalidade), *** (estado civil), *** (profissão), portador do RG nº ***SSP-(UF) e do CPF/MF nº ***.***.***-**, doravante denominada **CONTRATADA**, por este instrumento e na melhor forma de direito, nos termos da decisão da Diretoria do **CONTRATANTE**, datada de xx/xx/yyyy, ajustam o presente contrato, nos termos do Edital do **Pregão Eletrônico Nº 2023/003**, sujeitando, ainda, as partes às disposições da Lei nº 10.520, de 17.07.2002; dos Decretos nºs 3.555, 08.08.2000, 10.034, 20.09.2019 e 8.538, de 06.10.2015; da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 e a Lei 13.303/16, de 30.06.2016 e suas alterações, bem como ao **REGIMENTO** Interno de Licitações e Contratos do Banco da Amazônia S/A.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte de valores para abastecimento suprimento e/ou recolhimento de numerários para a unidade(s) do Banco da Amazônia S/A no Estado do, Município (s) de (**DESCREVER CONFORME O LOTE VENCEDOR**), observado o Anexo I e I-A .. do Edital Pregão Eletrônico nº 2023/003 .”

DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA- O local e o prazo da prestação dos serviços, o percurso e a estimativa de viagem será a seguinte:

(PREENCHER DE ACORDO COM O LOTE VENCEDOR)

DO ORÇAMENTO

CLÁUSULA TERCEIRA - Os pagamentos objeto do Contrato serão levados a débito da rubrica “82.700-2 - TRANSPORTE DE VALORES” do orçamento da contratante.

MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA - Será feita pelos meios de comunicação do **CONTRATANTE**, Internet, Intranet, correspondências formais e publicação nos meios de comunicação de acordo com a legislação vigente.

DOS PREÇOS

CLÁUSULA QUINTA - O valor global deste contrato é de R\$- (...) e o preço por embarque e “ad valorem” são os seguintes, conforme proposta comercial apresentada pela empresa contratada datada de .../.../.... no Pregão Eletrônico nº 2023/003, que fica fazendo parte integrante deste contrato.”

DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS

CLÁUSULA SEXTA - É admitida a repactuação dos preços deste Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data limite para a apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do(s) acordo(s), ou convenção(ões) coletiva(s) de trabalho ou sentença(s) normativa(s) vigente(s) à época da apresentação da proposta:

A - MÃO-DE-OBRA: conforme a Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho da categoria (Salário e Benefícios);

B - COMBUSTÍVEL: reajuste pela variação de preço do DIESEL, divulgado pela ANP, com base na data da proposta;

C – INSUMOS E MATERIAIS: Os preços dos insumos e materiais serão reajustados de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, a cada 12 (doze) meses, contados da data da proposta, salvo os preços de insumos decorrentes de convenção, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou definidos pelo poder público, que serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, na mesma data em que ocorrer a repactuação da mão de obra.

- a. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 1 (um) ano será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ocorrida.
- b. Caso a LICITADA não requeira tempestivamente a repactuação e prorogue o Contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão do direito.
- c. As repactuações serão precedidas de solicitação da LICITADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços, do novo acordo ou convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados.
 - i. Com base em ocorrências registradas durante a execução do Contrato, poderão ser negociados os seguintes itens gerenciáveis: auxílio-doença, licença- paternidade, faltas legais, acidente de trabalho, aviso-prévio indenizado e indenização adicional; e

- ii. A partir do segundo ano de vigência do Contrato, este terá o percentual do item “aviso prévio trabalhado” zerado, visto que esse custo é pago integralmente no primeiro ano.
- d. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- e. A repactuação somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se:
 - i. Os preços praticados no mercado e em outros Contratos da Administração;
 - ii. As particularidades do Contrato em vigência;
 - iii. O novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
 - iv. A nova planilha com a variação dos custos apresentada;
 - v. Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
 - vi. A disponibilidade orçamentária da contratada.
- f. A repactuação produzirá efeitos financeiros:
 - i. A partir da assinatura do instrumento de formalização da repactuação;
 - ii. Em data posterior à assinatura do instrumento de formalização da repactuação, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das repactuações subsequentes; ou
 - iii. Em data anterior à assinatura do instrumento de formalização da repactuação, exclusivamente quando esta envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa, podendo a data estipulada no instrumento para o início dos efeitos financeiros do reajuste salarial ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

DOS PAGAMENTOS

CLÁUSULA SÉTIMA - O pagamento relativo ao fornecimento do objeto deste contrato será realizado pela CONTRATANTE, através de crédito em conta corrente da CONTRATADA, preferencialmente no Banco da Amazônia, no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço, desde que a LICITADA CONTRATADA efetive a entrega das Notas Fiscais e Faturas discriminativas, com 10 (dez) dias de antecedência da data prevista para o pagamento, e após a conferência e confirmação da prestação do serviço devidamente comprovada. Caso a CONTRATADA opte pelo recebimento do pagamento em conta corrente mantida em outra instituição financeira, lhe será cobrado o valor da tarifa TED ou DOC correspondente ao da tabela de tarifas e serviços do CONTRATANTE, sendo esse valor de responsabilidade da CONTRATADA e deduzido do valor do crédito a ser enviado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O montante que lhe for devido pelos transportes de valores efetivamente realizados no decurso do mês anterior, calculado da seguinte forma:

- I) R\$ **** (**), por embarque, realizando os percursos discriminados no Anexo I-B deste Termo de Referência (1) ***; 2) ***; 3) ***; e 4) ***);
- II) “Ad valorem” será limitada ao máximo de 0,044% calculados sobre o valor transportado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento será automaticamente transferido para o dia útil subsequente, caso não haja expediente no Banco na data prevista para tal. O atraso na entrega da Nota Fiscal/Fatura implicará na transferência automática do pagamento para o próximo mês, sem qualquer acréscimo financeiro contra a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de atraso no pagamento por parte da CONTRATANTE, o valor devido será acrescido de encargos financeiros de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, calculados "pro-rata die" até o dia do efetivo pagamento.

PARÁGRAFO QUARTO - A devolução de nota fiscal / fatura não aprovada pela CONTRATANTE, em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços, ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados ou fornecedores.

PARÁGRAFO QUINTO - O pagamento devido somente será efetuado se a Nota fiscal estiver acompanhada com a cópia dos seguintes documentos, dentro do prazo de validade, pertinentes ao Contrato, respeitadas a periodicidade de exigência dos documentos:

Inciso I – Mensalmente:

- a) Comprovante de inscrição e de situação cadastral do CNPJ da LICITADA/CONTRATADA, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, onde conste a situação cadastral ativa;
- b) Certidão Negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- c) CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- d) Certidão Negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- e) Certidão Negativa de débitos trabalhistas; e
- f) Declaração da empresa de optante do Simples, se couber, com original assinada pelo representante legal.

Inciso II - Semestralmente:

- a) Certificado do curso de formação de vigilante ou reciclagem;
- b) CNV – Carteira Nacional de Vigilante ou Protocolo da CNV;
- c) Registro das armas de fogo em cópia autenticada em cartório; e

DAS GARANTIAS

CLÁUSULA OITAVA – A CONTRATADA da licitação prestará garantia de execução do contrato, equivalente a 5% (cinco porcento) do valor do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A garantia deverá ser prestada em uma das modalidades abaixo, devendo o respectivo comprovante ser apresentado à Contratante, como condição para a assinatura do contrato:

I) Caução em dinheiro ou em Títulos da Dívida Pública.

- a) Os Títulos da Dívida Pública devem ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) A caução em dinheiro deve ser efetuada junto a uma Agência do Contratante, em que o depósito tenha como beneficiário a Contratante;
- c) Sobre a caução prestada em dinheiro incide, tão somente, a atualização correspondente ao índice de variação do rendimento da caderneta de poupança, a contar da data do depósito até o seu efetivo levantamento.

II) Seguro-garantia.

- a) contendo o prazo de validade que deve corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30(trinta) dias, devendo ser tempestivamente renovado, se estendida ou prorrogada a vigência;
- b) O seguro deve contemplar a cobertura dos riscos de inadimplemento pela contratada dos encargos tributários, trabalhistas e sociais e resarcimento das multas impostas à contratada, até o limite da garantia;
- c) Não será aceita a apólice de seguro que contenha ressalvas quanto à cobertura dos riscos mencionados;
- d) A apólice de seguro deve vir acompanhada de cópia das condições gerais, particulares e/ou especiais convencionais e demais documentos que a integram.

III) Fiança bancária contendo:

- a) Prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30(trinta) dias, devendo ser tempestivamente renovada se estendida ou prorrogada essa vigência;
- b) Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à Contratante, independentemente de interpretação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
- c) Renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos art. 827 e 828 do Novo Código Civil;
- e) Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com o previsto neste edital.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia poderá ser liberada após o perfeito cumprimento do contrato, no prazo de 30(trinta) dias, contados após a data do vencimento do contrato, desde que cumpridos todos os seus termos, cláusulas e condições.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A perda da garantia em favor da Contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 5(cinco) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores, ou quando houver alteração contratual que implique aumento do valor contratado, de modo que corresponda a 5% (cinco porcento) do valor global contratado.

PARÁGRAFO QUINTO - A qualquer tempo, mediante prévia solicitação a Contratante, com as devidas justificativas, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas neste contrato.

DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

CLÁUSULA NONA - O serviço terá natureza continuada, com vigência máxima de 05 (anos), contados a partir da data da assinatura do Contrato, na forma do Art. 71 da Lei 13.303/2016.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA - Constituem expressa obrigação da contratada, além das demais mencionadas neste contrato, as seguintes:

- I) Manter serviço de fiscalização periódica, para observar a exatidão do desempenho dos serviços contratados. Esta condição não impede o contratante de, por meios próprios, fiscalizar a execução dos serviços contratados, determinando as correções que julgar oportunas, para melhoria dos mesmos;
- II) Utilizar armamento próprio para prestação dos serviços contratados, cabendo-lhe a aquisição, o registro no órgão competente e a sua manutenção, bem como do fardamento completo dos seus empregados e do colete à prova de balas.
- III) A contratada obriga-se a apresentar anualmente à contratante a renovação do Certificado de Segurança e Autorização para Funcionamento, expedido pelo Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, inclusive de seus responsáveis técnicos;
- IV) A LICITADA obriga-se a colocar à disposição do LICITANTE, sempre que solicitado, carro forte, motorista e respectiva guarnição de segurança, devidamente selecionada, treinada e armada, atendendo a todos os requisitos da Lei nº 7.102/83 e Decreto nº 89.056/83, para execução dos serviços discriminados ANEXO I-B, respeitando os preços ajustados;
- V) A contratada obriga-se a comunicar imediatamente a contratante, pela via mais rápida e segura, confirmando posteriormente, em documento formal, os casos de perda, roubo, furto ou extravio de qualquer natureza dos valores transportados, ou qualquer outra situação que possa comprometer a segurança envolvida na prestação dos serviços.
- VI) É obrigação da contratada, manter Plano de Contingência destinado a assegurar o atendimento dos serviços em caso de paralisações/greves de seus funcionários, devendo apresentar atualizado, anualmente, ao LICITANTE.
- VII) A contratada obriga-se a efetivar o transporte com segurança plena, em viatura blindada, com requisitos de segurança para o fim a que se destina, vistoriada e aprovada por autoridades competentes do Departamento de Polícia Federal e provida de guarda suficiente, corretamente armada e instruída observadas, as normas vigentes ou que venham a ser ditadas por autoridade competente.
- VIII) A contratada deverá manter sigilo sobre rotas, valores, programação de viagens, normas de segurança praticadas pelo contratante e todas as demais informações que possa por em risco a segurança dos bens transportados e a integridade física dos seus empregados, dos funcionários do contratante ou de terceiros.
- IX) Formação e atualização do pessoal, com todos os custos de treinamentos e reciclagens correrão às expensas da contratada, sem qualquer ônus ou custo adicional para a contratante. A empresa promoverá a reciclagem para os vigilantes e supervisores

vigilantes, na forma da portaria DPF 3.233/2012 ou a que a suceda, além da reciclagem obrigatória.

- X) A contratada deverá providenciar a participação dos seus empregados alocados à prestação dos serviços em cursos, relacionados à segurança, tais como, prevenção e combate a incêndios, primeiros socorros e outros eventos de interesse para a segurança.
- XI) A contratada deverá comprovar que os Vigilantes e Supervisores Vigilantes alocados à prestação dos serviços tenham realizado exame de saúde física e mental e considerados aptos para as atividades laborais, há menos de 1 (um) ano.
- XII) Ressarcir à contratante os danos resultantes da divulgação ou uso indevido de informações sigilosas da mesma, quando tais ações forem praticadas por prepostos ou empregados da contratada, ou quando tais ações ocorrerem por culpa da contratada.
- XIII) As armas utilizadas na prestação dos serviços, serão de inteira responsabilidade da contratada e somente deverão serem utilizadas em legítima defesa própria ou de terceiros e na salvaguarda do patrimônio do contratante, depois de esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema.
- XIV) Empregar profissionais preparados para o desempenho das funções, bem como realizar exames médicos periódicos, e ainda mantê-los devidamente uniformizados e identificados por crachás, sujeitando-os às normas disciplinares da contratante.
- XV) Responsabilizar-se por quaisquer danos que, comprovadamente, vierem a ocorrer em prejuízo do patrimônio da contratada ou de terceiros, por ação ou omissão de seus prepostos e/ou empregados, adotando-se, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, as providências necessárias, indicadas e pertinentes no sentido de proceder, em qualquer caso, a devida reposição do bem ou ressarcimento do(s) prejuízo(s).
- XVI) Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XVII) Cumprir a programação dos serviços elaborada pela contratante, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos funcionários e visitantes.
- XVIII) Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade observada na prestação dos serviços.
- XIX) Contratar seguro a favor de seus empregados contra risco de acidente de trabalho, apresentando a apólice à contratante, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros decorrentes de sua condição de empregador, resultantes da execução do Contrato, conforme exigência legal, podendo o Fiscal do Contrato, a qualquer tempo solicitar os comprovantes.
- XX) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou acometidos de mal súbito, quando em serviço, assegurando-lhes o cumprimento a todas as determinações trabalhistas e previdenciárias cabíveis e assumindo, ainda, as responsabilidades civis, penais, criminais e demais sanções legais decorrentes do eventual descumprimento destas.
- XXI) Emitir Comunicado de Acidente de Trabalho – CAT, em formulário próprio do INSS, em caso de eventual ocorrência de acidente com seus empregados nas dependências da contratante, apresentando cópia do mesmo à Fiscalização do Contrato.

XXII) Não contratar empregado pertencente ao quadro de pessoal da contratada ou terceiro que já lhe preste serviços, para atuar na execução do Contrato.

XXIII) Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratado.

XXIV) Não veicular, sem autorização da contratada, publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades e programas da contratante.

XXV) É vedado à contratada alocar, para a prestação de serviços, empregado que tenha cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, que seja empregado ou comissionado da contratante.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, bem como por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária decorrentes da execução do Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à contratada.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A contratada assume integral e irrestrita responsabilidade pelos valores que lhe sejam confiados pelo contratante, a partir do momento do recebimento, até a perfeita entrega no local de destino.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A contatada deverá utilizar o sistema de senhas diárias como recurso de segurança, no ato de entrega e coleta de valores.

PARÁGRAFO QUARTO - A contatada assume integral responsabilidade pelo pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, que possam influir, direta ou indiretamente, na execução dos serviços ora contratados, bem como os riscos e as despesas decorrentes da prestação do serviço, incluindo material, despesas de coberturas securitárias, mão-de-obra, aparelhos e equipamentos necessários.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - São obrigações e responsabilidades do **CONTRATANTE**:

- I) Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei.
- II) Permitir à contratada o acesso às áreas e instalações necessárias ao cumprimento das tarefas previstas neste contrato.
- III) Notificar formalmente a contratada acerca de falhas ou irregularidades encontradas na execução dos serviços, fixando-lhe prazo para corrigi-las.
- IV) Notificar, por escrito, a contratada, informando-lhe a aplicação das penalidades previstas neste contrato.
- V) Efetuar os pagamentos à contratada na forma e nos prazos previstos neste Termo, após o cumprimento das formalidades legais.
- VI) Comunicar à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada à execução do Contrato.
- VII) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Contrato.

DA HABILITAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A **CONTRATADA** também se obriga a manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação exigidas no Edital **Pregão Eletrônico Nº 2023/003**, inclusive a condição de não empregar menor, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze anos). Assume, ainda, a obrigação de apresentar, no término do prazo de

validade de cada documento, bem como por ocasião de cada pagamento, os seguintes comprovantes atualizados:

- I) de regularidade para com a **Fazenda Federal** do seu domicílio ou sede, compreendendo a certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos relativos a tributos e à dívida ativa, inclusive contribuições previdenciárias e sociais;
- II) A regularidade fiscal da Fazenda Estadual e Municipal;
- III) de regularidade perante o **FGTS**, mediante a apresentação do respectivo certificado; e
- IV) de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos trabalhistas (**CNDT**).

PARÁGRAFO ÚNICO - A não-apresentação dos comprovantes citados no *caput* desta CLÁUSULA poderá ensejar, a critério do **CONTRATANTE**, a rescisão deste Contrato, sem que caiba à **CONTRATADA** o direito a qualquer indenização.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Pela inexecução total ou parcial, ainda por atraso ou descumprimento das obrigações pela **ADJUDICATÁRIA/CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** pode, garantido o contraditório e a ampla defesa aplicar as seguintes sanções:

- I) Advertência escrita;
 - II- Multa;
 - III- Suspensão temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com o **CONTRATANTE** por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A **CONTRATADA** pode ser punida com as sanções prevista nos Incisos I a III quando:
- a) dar causa a inexecução total ou parcial do contrato;
 - b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame licitatório, salvo na inversão da fase prevista;
 - c) não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente ,devidamente justificado ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - f) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se com má-fé ou cometer fraude fiscal;
 - h) praticar atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

PARÁGRAFO SEGUNDO- O atraso na prestação de serviços superior a 15 (quinze) dias consecutivos poderá ensejar a rescisão do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO- A sanção prevista no Inciso III poderá também ser aplicada às empresas ou aos profissionais que em razão dos contratos regidos pela lei 13.303/2016:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o **CONTRATANTE** em virtude de atos ilícitos praticados.

PARÁGRAFO QUARTO- As multas serão aplicadas, conforme a seguir:

- a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total do ajuste;
- b) Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato pela inexecução parcial do ajuste.

PARÁGRAFO QUARTO- Se a **CONTRATADA** não mantiver durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 2023/003, o contrato poderá ser rescindido, bem como poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei.

PARÁGRAFO QUINTO- Será considerado falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da penalidade de impedimento para licitar e contratar com a União.

PARÁGRAFO SEXTO -A advertência será aplicada nos casos de faltas leves assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos financeiros ao **CONTRATANTE** pelo descumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO SÉTIMO -A advertência e a anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores poderão ser aplicadas quando houver descumprimento das obrigações que não acarretem prejuízo ao **CONTRATANTE** e/ou execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento do serviço, desde que sua gravidade não recomende aplicação da suspensão temporária.

PARÁGRAFO OITAVO - A falta de equipamentos ou recursos materiais não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a **CONTRATADA** das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas no Edital Pregão Eletrônico nº 2023/003 com seus Anexos.

PARÁGRAFO NONO- A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança facultada a defesa prévia, não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

PARÁGRAFO DÉCIMO O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no mesmo, poderá ser rescindido, por ato formal do **CONTRATANTE** por descumprimento contratual.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Nenhuma penalidade será aplicada pelo **CONTRATANTE** sem o devido processo administrativo assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Após o devido processo administrativo sendo constatada a responsabilidade da **CONTRATADA**, o valor das multas definidas no contrato **será descontada da garantia**, dos pagamentos eventualmente devidos ao **CONTRATANTE** ou ainda, quando for o caso, judicialmente e **estarão limitadas a 10% (dez por cento) do valor total contratado**.

PARÁGRAFO DÉCIMO TRCEIRO - Se a multa for de valor superior a garantia oferecida, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE**, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Inexistindo pagamento(s) devido(s) pelo **CONTRATANTE** ou sendo este(s) insuficiente(s), caberá à **CONTRATADA** quitar o valor da(s) multa(s) mediante depósito em conta corrente própria em nome do Banco no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos contados da data da comunicação de confirmação da penalidade.”

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Em não se realizando o pagamento nos termos definidos no parágrafo acima, far-se-á a sua cobrança judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A rescisão do contrato provocada pela **CONTRATADA** implicará de pleno direito, a cobrança pelo Banco de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor total contratado.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Ao valor da multa não adimplida e objeto de cobrança judicial serão acrescidos honorários advocatícios, estes no percentual de 20% (vinte por cento), custas judiciais, correção monetária (INPC) e juros na forma do artigo nº 405 do Código Civil , facultando-se ainda ao **CONTRATANTE** a inscrição do inadimplente nos órgãos do cadastro restritivo (SERASA/SPC).

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - As ações danosas ou criminosas cometidas por empregados, prepostos da empresa Contratada, empresas ou pessoas por ela contratada ou designadas, no exercício de atividades previstas no contrato que ocasionarem prejuízos ao Banco, a seus clientes/usuários de serviços bancários, devidamente comprovados através de decisão judicial (transitado em julgado), implicará na cobrança de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato e mais o valor correspondente ao valor do prejuízo apurado.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO- Caso não seja garantido absoluto sigilo sobre todos os processos, rotinas, objetos informações documentos e quaisquer outros dados fornecidos pelo **BANCO**, implicará na cobrança de multa compensatória correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, além das cominações previstas na Legislação, podendo o Banco rescindir o contrato

DO SEGURO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Caberá à contratada manter integralmente segurados os valores que lhe forem confiados para transporte, contra riscos de furto, de roubo, de apropriação indébita, de perecimento, de dano ou de inutilização, sendo, portanto, a cobertura securitária ajustável e equivalente ao valor declarado em cada embarque. Ficará proibida de fazer o transporte de numerário que exceda o valor segurado para a respectiva viatura, sendo a única e exclusiva responsável por qualquer infração cometida sobre a presente instrução.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contratada deverá manter todos os valores em seu poder, durante o transporte e/ou custódia ou qualquer outra circunstância em que estejam sob sua responsabilidade, permanentemente cobertos por seguros adequados e compatíveis com os riscos inerentes atualizando as respectivas coberturas sempre que necessário.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os seguros contratados deverão cobrir inclusive a infidelidade de empregados da contratada.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A contratada deverá apresentar ao Banco, na pessoa do Fiscal do Contrato, a apólice relativa a tal seguro, bem como os respectivos comprovantes de quitação do correspondente prêmio, na assinatura do Contrato, como condição de sua eficácia, assim como reapresentá-la, no caso de alteração dos valores segurados, ou sempre que solicitado pelo Banco.

PARÁGRAFO QUARTO - Todas as despesas, impostos e pagamentos relativos aos referidos seguros correrão por conta e responsabilidade da contratada, inclusive quanto à franquia incidente em caso de sinistro.

PARÁGRAFO QUINTO - A existência do seguro não isenta a contratada da integral responsabilidade, perante o Banco, pelos valores em seu poder.

PARÁGRAFO SEXTO - A contatada obriga-se a indenizar o Banco por quaisquer prejuízos ocorridos durante a execução dos serviços contratados, independentemente de culpa ou dolo, não cabendo alegar o eventual não pagamento pela seguradora, para isentar-se da obrigação de indenizar.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Havendo o pagamento pela seguradora, a contratada deve efetuar o repasse ao Banco na mesma data.

DA RESCISÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Constituem motivos para rescisão do contrato, independente de interpelação judicial ou extrajudicial:

- I) O atraso na entrega dos serviços, no prazo superior a 15(quinze) dias, contados do prazo estipulado no contrato;
- II) A transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas;
- III) O descumprimento reiterado de cláusulas, especificações ou prazos contratuais;
- IV) Outras hipóteses que constem na cláusula **DÉCIMA QUARTA** da minuta do contrato (Anexo X) deste Edital.”

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão também poderá ocorrer, quando a **CONTRATADA**:

- I) Deixar de comprovar sua regularidade fiscal, inclusive contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS, para com seus empregados;
- II) Vier a ser declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública;
- III) Utilizar em benefício próprio ou de terceiros, informações sigilosas às quais tenha acesso por força de suas atribuições contratuais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão do Contrato provocada pela CONTRATADA implicará de pleno direito, na cobrança pelo CONTRATANTE de multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - Os contratos regidos por Lei 13.303/16, somente poderão ser alterados por acordo entre as partes, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar.

DA MATRIZ DE RISCO

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - A Matriz de Riscos consiste no documento que descrimina de forma clara e objetiva os riscos assumidos por cada uma das partes na celebração deste contrato e está disposto no **ANEXO XIII** do Edital do **Pregão Eletrônico Nº 2023/003**.

DAS VEDAÇÕES

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA – É vedada a subcontratação para a execução do objeto deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA não poderá , salvo se estiver expressamente autorizada pelo Banco;

- a) veicular em publicidade o fato de prestar serviços;
- b) utilizar o contrato como garantia perante terceiros ...”
- c) usar copiar , duplicar ou de alguma outra forma reproduzir ou reter quaisquer informações ...;

PARÁGRAFO SEGUNDO- Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203 de 04/06/2010 ..;

PARÁGRAFO TERCEIRO - A **CONTRATADA** , por meio de seu representante legal deve declarar em papel timbrado da empresa , na forma **do** modelo constante do **Anexo VII** do Edital Pregão Eletrônico nº 2023/003 ... ”

DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

CLAUSULA DÉCIMA NONA - Conforme prevê a Lei 13.303/16, e o art. 99 do Regulamento do Banco, a execução e gestão do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor do Contrato e pelo Fiscal Administrativo e Técnico, verificando seu adimplemento, cumprindo-se a exigência legal;

PARÁGRAFO PRIMEIRO A Gestão do Contrato será feita por funcionário especialmente designado, lotado na Gerência Executiva de Patrimônio, Logística, Contratações e Gestão de Contratos - **GEPAC/COGEC**;

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Fiscalização do serviço objeto da licitação será realizada pelas Unidades que utilizam o serviço e pela GESEC, mediante a designação através de ordem de serviço;

PARÁGRAFO TERCEIRO - O Fiscal será responsável por consolidar os Termos Circunstanciados elaborados por cada unidade, a partir da apuração das possíveis ocorrências;

PARÁGRAFO QUARTO - Nas ausências ou impedimentos dos empregados de que trata o item anterior, os encargos a ele atribuídos passarão a ser exercidos por quem o substituir na forma regulamentar;

PARÁGRAFO QUINTO - Apurada as irregularidades, será concedida à empresa CONTRATADA o prazo de 10 (dez) dias úteis, para apresentar o contraditório e a ampla defesa, para análise da aplicação de possíveis Sanções Administrativas previstas na **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**.

PARÁGRAFO SEXTO - Os contatos entre o Banco e a detentora serão mantidos por intermédio da Fiscalização do Banco;

PARÁGRAFO SÉTIMO - Todas as ordens de serviço ou comunicações entre a Fiscalização e a CONTRATADA serão transmitidas por escrito, por meio eletrônico, e constarão dos autos do processo;

PARÁGRAFO OITAVO - A ausência ou a omissão da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº 2023/003 e seus Anexos;

PARÁGRAFO NONO - A ausência ou omissão de fiscalização do **CONTRATANTE** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades prevista no Edital do Pregão Eletrônico nº 2023/003 e seus Anexos.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A fiscalização da Administração não permitirá que os empregados da CONTRATADA executem tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O Gestor do contrato será responsável pela homologação e assinatura dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo dos Serviços.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Gestor do contrato será responsável ainda por:

- I) Cumprir e fazer cumprir as disposições e condições avençadas no Edital do Pregão Eletrônico nº 2023/003 e seus Anexos;
- II) Atestar as Notas Fiscais/Faturas e a documentação exigível para pagamento;
- III) Comunicar à **CONTRATADA** a ocorrência de irregularidades, diligenciando para que sejam plenamente corrigidas;

DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

CLÁUSULA VIGÉSIMA- A CONTRATADA, se compromete as obrigações socioambientais, tais como:

- a) prevenção de trabalho escravo e infantil;
- b) respeito ao meio ambiente e;
- c) combate a todas as formas de corrupção.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA será responsável pela destinação ambientalmente correta para todos os resíduos, suprimentos, peças e materiais utilizados nos equipamentos, obedecendo à legislação e orientações relativas ao compromisso com o meio ambiente;

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA se compromete a proteger e preservar o meio ambiente, com observância dos atos legais, normativos e administrativos relativos às áreas de meio ambiente, emanadas das esferas federal, estaduais e municipais.

DA INTEGRIDADE, DA CONDUTA ÉTICA E DOS PROCEDIMENTOS ANTICORRUPÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Os **CONTRATATES** declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa - Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992 e a Lei Anticorrupção - Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013 e seus regulamentos e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados. Adicionalmente, ambos os contratantes declaram que tem e manterá até o final da vigência deste Contrato um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obriga a cumprir fielmente. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos códigos de ética e conduta, ambas as Partes desde já se obrigam, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

- I) Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;
- II) Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados;
- III) Respeitar e exigir que seus empregados respeitem, no que couber, os princípios éticos e os compromissos de conduta definidos no Código de Conduta Ética do **BANCO DA AMAZÔNIA S.A.**, cujo teor poderá ser acessado no site:

<https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/component/edocman/codigo-etica>

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A comprovada violação de quaisquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão deste Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A aplicação das sanções previstas na Lei nº 12.846/13 não afeta os processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes de atos ilícitos.

DO FORO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro da cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições aqui fixadas, firmam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor, perante as testemunhas a seguir, que declaram conhecer seu inteiro teor.

Belém (PA), **.**.2023

BANCO DA AMAZONIA S.A.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

- 1) _____
Nome, RG e CPF/MF
- 2) _____
Nome, RG e CPF/MF

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2023/003

ANEXO XI

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

Este Termo de Compromisso é celebrado entre:

CONTRATANTE Banco da Amazônia S.A, endereço Avenida Presidente Vargas, 800, inscrito no CNPJ/MF 04.902.979/0001-44, neste ato representadas pelo Gestor do Contrato e pelo Fiscal Fiscal Administrativo e Técnico, abaixo assinado, e a CONTRATADA **[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]**, Endereço **[ENDEREÇO DA CONTRATADA]**, inscrita no CNPJ/MF **[CNPJ DA CONTRATADA]**, neste ato representadas por seus sócios-administradores, na forma de seu contrato social e pelo seu Preposto, todos abaixo assinados,

CONSIDERANDO QUE as Partes, por meio do Contrato **[NÚMERO DO CONTRATO]**, estão estabelecendo uma relação de CONTRATANTE e CONTRATADA para a prestação de serviços especializados em **[OBJETO DO CONTRATO]**, que para ser executada necessariamente inclui o acesso, o conhecimento e o tratamento de dados e informações corporativas da CONTRATANTE, o uso de equipamentos, de recursos computacionais e outros que envolvam a possibilidade de divulgação de informações restritas, de exclusivo interesse da CONTRATANTE, sob a posse, guarda e domínio da CONTRATADA;

CONSIDERANDO QUE a expressão “informações internas, restritas e/ou sigilosas” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros.

CONSIDERANDO QUE as Partes podem divulgar entre si informações internas, restritas e/ou sigilosas, conforme definido abaixo neste instrumento, sobre aspectos de seus respectivos negócios;

CONSIDERANDO QUE as Partes desejam ajustar as condições de revelação das Informações internas, restritas e/ou sigilosas, bem como definir as regras relativas ao seu uso e proteção; RESOLVEM as Partes celebrar o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO, o qual se regerá pelas considerações acima, bem como, pelas considerações que forem pertinentes constantes na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

- a) Tratar as informações classificadas em qualquer grau de sigilo ou os materiais de acesso restrito que me forem fornecidos pelo Banco da Amazônia S.A e preservar o seu sigilo, de acordo com a legislação vigente;
- b) Preservar o conteúdo das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito, sem divulgá-lo ou comercializar a terceiros;
- c) Não praticar quaisquer atos que possam afetar o sigilo ou a integridade das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito; e
- d) Não copiar ou reproduzir, por qualquer meio ou modo: (i) informações classificadas em qualquer grau de sigilo; (ii) informações relativas aos materiais de acesso restrito do Banco da , salvo autorização da autoridade competente.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

[Local], XX de XXXX de XXXX.

CONTRATANTE	CONTRATADA
Nome: Gestor do Contrato (GEPAC)	Nome: Socio/Administrador
Nome: Fiscal Administrativo e Técnico (Gestor de Serviço)	Nome: Preposto

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2023/003

ANEXO XII

TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DO EMPREGADO TERCEIRIZADO

Eu, [NOME DO EMPREGADO], portador do CPF nº [NÚMERO DO CPF], declaro, como empregado da [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA], estar ciente de minhas responsabilidades profissionais quanto à segurança dos recursos computacionais e das informações corporativas do Banco da Amazônia S.A., cujos acessos me serão franqueados para desempenho, exclusivo, das funções para as quais fui expressamente contratado e designado.

Por esse termo de responsabilidade e confidencialidade, comprometo-me a:

- a) Manter-me atualizado com a Política de Segurança da Informação e Cibernética e demais Políticas Internas e Normas de Segurança do Banco da Amazônia S.A;
- b) Manter o sigilo absoluto de minha senha corporativa, estando ciente que minha senha é pessoal e intrasferível, cabendo a mim, exclusivamente, a guarda sigilosa, não podendo revelá-la para terceiros;
- c) Manter sigilo absoluto da senha de acesso aos sistemas e de informações de clientes do Banco da Amazônia S.A que me sejam franqueados em função da minha atividade profissional;
- d) Manter vigilância dos materiais, máquinas, ferramentas e outros pertences de minha propriedade guardados no local dos serviços, quando forem prestados nas dependências do Banco da Amazônia S.A, além de zelar pelos equipamentos, materiais e quaisquer outros recursos de propriedade do Banco da Amazônia S.A colocados eventualmente à minha disposição, utilizando-os de maneira correta e cuidadosa e estritamente para os fins do cumprimento das minhas atividades.
- e) Manter sigilo das informações do Banco da Amazônia S.A ou de terceiros, classificadas como sigilosas e restritas, não divulgando ou comercializando, interna ou externamente, a não ser quando devidamente autorizado;
- f) Manter sigilo de informações pessoais, não divulgando ou comercializando, interna ou externamente, a não ser quando devidamente autorizado;
- g) Não copiar, reproduzir, transferir ou usar indevidamente quaisquer informações do Banco da Amazônia S.A para qualquer outra finalidade que não esteja ligada a atividade profissional exercida, observando-se o disposto neste termo.
- h) Não utilizar, reter ou duplicar as informações que lhe forem fornecidas para criação de qualquer arquivo, lista ou banco de dados de sua utilização particular ou de quaisquer terceiros ou para finalidades distintas da informada pelo Banco da Amazônia S.A.
- i) Não transferir as informações corporativas do Banco da Amazônia S.A para outros meios de armazenamento (físicos e nuvem), não autorizados pelo Banco da Amazônia S.A, para fins particulares, sob pena de responsabilização por vazamento de dados;
- j) Cessar o uso, bem como devolver, imediatamente após o término do Contrato, todos os materiais, informações, documentos, recursos (inclusive crachás, usuários de acesso a sistemas

etc.) do Banco da Amazônia S.A que tenham me sido emprestados ou de qualquer forma disponibilizados.

k) Acessar os ambientes do Banco da Amazônia S.A, sejam eles físicos ou lógicos, estritamente para a execução da prestação dos serviços contratados.

l) Respeitar às leis vigentes de direito autoral e Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) bem como as demais leis, normas e políticas de proteção de dados pessoais corporativas.

m) Seguir as instruções recebidas do Banco da Amazônia S.A em relação ao tratamento dos Dados Pessoais, além de observar e cumprir as normas legais vigentes e aplicáveis, devendo garantir sua licitude e idoneidade.

n) Tratar todos os Dados Pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público sem qualquer contribuição sua, ainda que a relação contratual entre as Partes venha a ser resolvida, e independentemente dos motivos que derem causa.

o) Notificar o Banco da Amazônia S.A assim que tomar conhecimento de qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais;

- (i)** de qualquer descumprimento das obrigações contratuais relativas ao tratamento dos Dados Pessoais;
- (ii)** de qualquer exposições ou ameaças em relação à conformidade com a proteção de Dados Pessoais;
- (iii)** ou em período menor, se necessário, de qualquer ordem de Tribunal, autoridade pública ou regulador competente.

p) Respeitar às leis vigentes de direito autoral e no que couber, ter como ação os princípios e práticas descritos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) no que tange à segurança, a privacidade e o tratamento das informações, bem como, adotar ações no presente para a plena observância da referida lei no momento de sua vigência.

Sendo estas responsabilidades estendidas:

a) Para fora das dependências do Banco da Amazônia S.A e fora dos horários normais de trabalho quando na execução de trabalho remoto, em cliente ou em outra dependência do Banco da Amazônia S.A;

b) Por tempo indeterminado, mesmo após o término da relação profissional da CONTRATADA com o Banco da Amazônia S.A, no que tange a não divulgação e comercialização de informações sigilosas e informações pessoais;

Estou ciente que transgressões destas normas são consideráveis faltas graves e que poderei responder civil e penalmente por quaisquer prejuízos causados ao Banco da Amazônia S.A.

[Local], XX de XXXX de XXXX.

[NOME DO EMPREGADO TERCEIRIZADO]

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2023/003
ANEXO XIII
MATRIZ DE RISCOS

Categoría	Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras	Alocação do Risco
	Fatores de força maior ou modificação do escopo pelo Banco	Aumento do custo	Revisão do preço c/aprovação da Diretoria	Banco
Risco da atividade empresarial	Alteração de enquadramento tributário ou mudança de atividade empresarial	Aumento ou redução do lucro da empresa	Planejamento tributário	Contratada
	Elevação dos preços de mercado de serviços de suporte técnico e licenças de uso	Pedido de repactuação e acima da inflação	Negociação	Banco
	Aumento dos custos da mão de obra por dissídio da categoria	Aumento do preço do ponto de função	Negociação	Banco
	Aumento dos custos operacionais	Aumento dos preços do contrato	Planejamento e Negociação	Banco e Contratada
Riscos trabalhistas e previdenciários	Falta de pagamento de salários, falta de recolhimento de contribuições ao INSS, FGTS, etc.	Contratante considerado como corresponsável.	Fiscalização junto à	Banco
Risco tributário e fiscal (não tributário)	Recolhimento indevido ou falta de recolhimento	Débito ou crédito tributário	Ressarcimento pela empresa ou retenção de pagamentos até o limite pago pelo Banco.	Contratada.
Risco Operacional	Substituição de empregados da equipe sem anuênciia do Banco	Retardamento nos prazos de entrega e baixa qualidade dos entregáveis	Fiscalização	Contratada.
	Ausência de preposto	Dificuldades no tratamento sobre a execução do contrato.	Fiscalização	Contratada.
	Não realização de reunião formal de iniciação contratual.	Não entrega de documentos exigidos no contrato, tais como cronogramas, apresentação da equipe, etc.	Fiscalização	Banco e Contratada.
	Rotatividade de mão de obra.	Descumprimento de prazos, atrasos na execução do contrato.	Fiscalização e Reunião c/preposto.	Banco
	Desatenção ao Termo de responsabilidade/segurança informação	Descumprimento de normativos	Fiscalização e Reunião c/preposto	Contratada
	Pagamentos indevidos (a maior)	Influência no resultado operacional do Banco	Ressarcimento do Banco.	Banco
Riscos Internos	Não aplicação de multas e glosas	Perdas financeiras	Ressarcimento do Banco.	Banco
	Ausência de notificações ao fornecedor	Impedimento para abertura de processo administrativo tempestivo	Gestão e Fiscalização	Banco
	Ausência de livro de ocorrências	Falta de evidências de acompanhamento contratual	Gestão e Fiscalização	Banco
	Ausência de nomeação de fiscal	Descumprimento de normativos internos	Gestão e Fiscalização	Banco